



*Gênero, Raça e Etnia  
no Projeto Paulo Freire:  
fundamentos e práticas*

# *Gênero, Raça e Etnia no Projeto Paulo Freire: fundamentos e práticas*



PAULO FREIRE



Fortaleza  
2022

S4745g Sena, Francisca Maria Rodrigues  
Gênero, raça e etnia no Projeto Paulo Freire:  
fundamentos e práticas / Francisca Maria Rodrigues Sena.  
-- Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, Projeto Paulo  
Freire, 2022.  
100 p.; il.

Inclui bibliografia.  
ISBN: 978-65-998630-2-8

1. Políticas Públicas. 2. Projeto Social. 3. Projeto Paulo  
Freire. 4. Projeto de Desenvolvimento Agrícola. 5. Gênero.  
6. Raça. 7. Etnia. 8. Justiça Social. I. Título.

CDU 304

Bibliotecária: Tatiane de Oliveira Dias – CRB1/2230



Eleito um dos cinco melhores projetos no mundo em  
120 países de atuação do Fida (2022)

Segundo lugar na categoria “Rádio” no Prêmio  
Semear Internacional de Jornalismo (2021)

Segundo lugar na categoria “Internet” no Prêmio  
Semear Internacional de Jornalismo (2021)

Segundo lugar na categoria “TV” no Prêmio Semear  
Internacional de Jornalismo (2021)

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**Maria Izolda Cela de Arruda Coelho**  
Governadora

**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
AGRÁRIO**

**Ana Teresa Barbosa de Carvalho**  
Secretária do Desenvolvimento Agrário  
**Francisco Carlos Bezerra e Silva**  
Secretário Executivo do Desenvolvimento  
Agrário  
**Taumaturgo Medeiros dos Anjos Júnior**  
Secretário Executivo do Planejamento  
e Gestão Interna do Desenvolvimento  
Agrário  
**Thiago Sá Ponte**  
Secretário Executivo de Pesca do  
Desenvolvimento Agrário

**PROJETO PAULO FREIRE**

**Maria Íris Tavares Farias**  
Coordenadora do Projeto Paulo Freire  
**Francisca Rocicleide Ferreira da Silva**  
Coordenadora Técnica do Projeto Paulo  
Freire

**GESTÃO DO CONHECIMENTO E  
COMUNICAÇÃO**

**Francisca Rocicleide Ferreira da Silva**  
**Francisco Rones Costa Maciel**  
Jornalista (MTE/CE 3990)  
**Bernardo Ferreira Lucas Filho**  
Jornalista (MTE/CE 2912)

**SUPERVISÃO**

**Maria Odalea de Sousa Severo**  
Supervisora Componente de  
Desenvolvimento de Capacidades  
**Regina Régia Rodrigues Cavalcante**  
Supervisora Componente de  
Desenvolvimento Produtivo  
**Francisca Lúcia Ferreira de Sousa**  
Gerente de Monitoramento e Avaliação

**ASSESSORIA DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA**  
**Francisca Maria Rodrigues Sena**  
**Marta Silêda Rebouças da Costa**

**COLABORAÇÃO**

**Amanda de Lima Silva**  
IAC  
**Ana Lúcia Monteiro de Sousa**  
Instituto Flor do Piqui  
**Claudia Maria Avelino**  
Cealtru  
**Daniela da Silva Cavalcante**  
Cáritas Diocesana de Crateús  
**Dalvanir Duarte**  
Cetra  
**Maria do Socorro Martins Farias**  
Cactus  
**Maria Jardenes Matos**  
IAC  
**Silvana Chagas Holanda**  
Esplar

**REVISÃO TÉCNICA**

**Francisca Rocicleide Ferreira da Silva**  
**Maria Odalea Severo**

**ZABELÊ COMUNICAÇÃO**

Projeto editorial  
**Monica Rodrigues**  
Projeto gráfico e diagramação  
**Gabriel Hoewell**  
Ilustrações  
**Ítalo Sena Cruz**  
Preparação dos textos  
**Clarita Rickli e Monica Rodrigues**  
Revisão  
**Bruno Barros**  
Ficha catalográfica  
**Tatiane Dias**

---

07 **PREFÁCIO**

---

11 **APRESENTAÇÃO**

---

14 **CAPÍTULO 1**  
**Semiárido cearense: contexto e desafios de uma sociedade capitalista, racista e patriarcal**

---

22 **CAPÍTULO 2**  
**O Projeto Paulo Freire e a estratégia de equidade de gênero, raça e etnia**

---

34 **CAPÍTULO 3**  
**Principais ações da estratégia de equidade de gênero, raça e etnia**

---

48 **CAPÍTULO 4**  
**Organizações da sociedade civil parceiras do Projeto Paulo Freire**

---

66 **CAPÍTULO 5**  
**Principais desafios da luta por equidade de gênero, raça e etnia**

---

74 **CAPÍTULO 6**  
**Estratégias e principais resultados**

---

94 **CAPÍTULO 7**  
**Aprendizados**

---

98 **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## PREFÁCIO

A sistematização dessa experiência ímpar – a construção de uma estratégia de trabalho com gênero, raça e etnia no contexto do Projeto Paulo Freire (PPF) no Semiárido cearense durante os últimos nove anos – chega a seus(suas) leitores(as) em um momento propício. Experiências como essa – que ecoa as vozes das mulheres e das comunidades tradicionais dos três territórios que protagonizam a criação de outras relações com a natureza, com os bens comuns e com as atividades “produtivas” agrícolas ou não agrícolas – merecem ser ouvidas. O que nos comove e nos surpreende é de que modo esta publicação consegue conduzir os(as) leitores(as) em uma “linha de tempo”, revelando, ao longo de suas páginas, os marcos temporais mais significativos de um percurso trilhado a partir de uma ótica feminista e interseccional, pautada nas interseções entre marcadores de gênero, raça, etnia, classe e geração. Revelando a evolução contínua, gradual e crescente de uma trajetória frutífera que foi marcada pelo diálogo com múltiplas interfaces temáticas e que envolveu um amplo leque de atores sociais. Inegavelmente, pontos de destaque nessa caminhada foram a quantidade e a qualidade das parcerias consolidadas, uma vez que houve interlocução com muitos outros projetos e programas públicos, tais como a Defensoria Pública, a Escola de Saúde Pública (ESP) e a Escola Social de Gastronomia (ESG).

Cabe ressaltar que a estratégia de gênero, raça e etnia apresentada nesta publicação se alinha com os três eixos temáticos prioritários no último Plano Estratégico em Gênero lançado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) – com vigência entre 2016 e 2026. Encontra-se, também, alicerçada em intervenções consideradas “transformadoras”, enquadrando-se nas seguintes metas para o desenvolvimento sustentável: ODS 1 (“Erradicação da Pobreza”) e ODS 5 (“Igualdade de Gênero”). Além disso, a estratégia segue a recomendação do Fida e

de outras agências da ONU – como FAO e PNUD – ao gerar inovações que possam ser replicadas e adaptadas a diferentes contextos e escalas. Por fim, mostra a relevância da estreita conexão entre as dimensões social, política, econômica e ambiental no desenho de qualquer projeto, dado que a organização dos processos produtivos apenas se torna realidade a partir de acesso e gestão igualitários dos insumos e bens. Isso passa, imprescindivelmente, por processos contínuos de formação e auto-organização de grupos e coletivos de mulheres no âmbito local e regional.

Este livro nos faz enxergar as miudezas de um trabalho que vem sendo desenvolvido com base em uma estratégia e um plano de ação em gênero, raça, etnia e geração, que foram desenhados em 2017 tendo como foco 31 municípios em três territórios do Semi-árido cearense: Cariri, Inhamuns e Sobral. Territórios escolhidos “a dedo”, para priorização do atendimento às comunidades que vivenciam situações extremas de precarização social, a partir de uma postura de comprometimento com a redução das altas taxas de empobrecimento rural e insegurança alimentar e nutricional que atingem essas localidades há longa data.

A equipe do Projeto Paulo Freire assumiu um compromisso com determinados grupos sociais – as mulheres, os povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e pescadoras) e as juventudes – enquanto segmentos prioritários de sua atuação. Esse compromisso não apenas se restringe à inclusão dos grupos sociais mais vulneráveis nos principais eixos de atuação do projeto – formação, organização social, incidência política e assim por diante – mas também envolveu a criação de abordagens metodológicas e instrumentos pedagógicos inovadores sensíveis às suas especificidades e que se adaptam às suas realidades.

O projeto é fiel ao legado freiriano que dá origem ao seu nome e se dedicou incessantemente à construção de metodologias que pudessem ser aplicadas nos grupos de mulheres e grupos mistos. A formação, com base nos princípios da educação popular, é uma

das “marcas registradas” do Projeto Paulo Freire, sendo compreendida como um caminho que viabiliza a auto-organização dos grupos autônomos de mulheres e de jovens. Assim, a partir da consciência plena dos seus direitos, eles podem passar a ocupar espaços políticos decisórios e incidir no plano das políticas públicas.

Um dos resultados mais significativos relatados nesta publicação se refere à potência dos processos educativos estimulados pelas organizações de assessoria técnica continuada. Conjugados, por sua vez, com os planos de investimento produtivos (PIs), estimulando a organização, reestruturação e o fortalecimento de 115 grupos de mulheres nas comunidades. Vale lembrar que a formação não teve como alvo apenas as mulheres beneficiárias dentro da área de atuação do PPF: também houve um investimento na formação continuada das equipes técnicas. O entendimento do tema de gênero no âmbito pessoal e institucional – a partir da criação de um espaço propício para troca de informações entre mulheres técnicas das entidades prestadoras de serviço de assistência técnica –, foi uma aposta acertada para que houvesse uma internalização da temática, que conseqüentemente levou à ampliação desses processos formativos e organizativos envolvendo outros públicos das entidades.

Um projeto passa por muitos ciclos. Certamente, o Projeto Paulo Freire não é uma exceção à regra. Muitas etapas foram desencadeadas desde a elaboração do seu “desenho” até a concretização do seu plano de ações. Uma estratégia tão inovadora que explora os cruzamentos entre gênero, raça, etnia e geração e propõe novas formas de abordar as desigualdades sociais não se encerra com a finalização do PPF, mas certamente vai semear novas ações nessas terras férteis do Semiárido cearense e em outros contextos culturais deste País.

Ao terminar esta leitura, nosso olhar deve ser direcionado ao horizonte. Ao trilhar novos caminhos, nossas bases de inspiração são os alicerces de qualquer ação que desabrocha: os aprendizados que tivemos ao longo dessa caminhada.

POR  
**RODICA  
WEITZMAN**

Cientista social, mestra e doutora em Antropologia Social, com pós-doutorado na área de Conflitos Socioambientais. Integra o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Consultora autônoma para diversas organizações no Brasil e na esfera internacional.

## APRESENTAÇÃO

O Projeto Paulo Freire, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (SDA), teve por objetivo “reduzir a pobreza e elevar o padrão de vida de agricultores e agricultoras familiares de 31 municípios cearenses” reconhecendo que, além das desigualdades econômicas, os marcadores de gênero, raça e etnia são estruturantes nesse quadro de injustiças. Partindo desse princípio, o projeto firmou o compromisso de promover justiça social e enfrentar as opressões e desigualdades históricas, estruturadas pelo racismo, patriarcado e capitalismo, que afetam diretamente a vida desses sujeitos e se traduzem em barreiras que dificultam ou impedem a garantia de seus direitos.

A proposta da publicação *Gênero, Raça e Etnia no Projeto Paulo Freire: fundamentos e práticas* nasceu com o intuito de registrar a experiência do projeto em relação à integração de gênero, raça e etnia ao longo do seu desenvolvimento. Essa tarefa foi desafiante diante da dimensão e da abrangência temporal, territorial e política do projeto no contexto da política pública estadual de desenvolvimento agrário do Ceará.

A experiência vivida foi permeada por uma dimensão pedagógica, educativa. Portanto, parafraseando Paulo Freire, impregnada de sentidos. Essa vivência foi significativa para o alcance dos resultados do PPF e, por isso, é relevante sistematizá-la. Sistematização compreendida, aqui, no sentido atribuído pelo sociólogo e educador peruano Oscar Jara: “aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e por que o fizeram desse modo”. É nessa perspectiva que a experiência da integração de gênero, raça e etnia do PPF será abordada nesta publicação, estruturada em sete capítulos.

O primeiro apresenta o contexto geral do Ceará, evidenciando alguns aspectos da sua diversidade e das desigualdades sociais, políticas e econômicas que caracterizam os três territórios onde o PPF foi desenvolvido: Cariri, Inhamuns e Sobral.

O segundo capítulo aborda a estrutura e os mecanismos adotados pelo PPF com a finalidade de integrar gênero, raça e etnia ao seu desenvolvimento bem como os conceitos centrais que fundamentaram essa experiência. O texto evidencia que o caminho percorrido foi previamente traçado e fruto de opções políticas feitas diante da realidade injusta das relações de gênero, raça e etnia, geração e classe, que se articulam entre si e violam os direitos de mulheres, da população negra, quilombola, indígena e pescadora, de LGBTQI+ e juventudes.

A vivência prática é abordada no capítulo seguinte, que inicia com uma linha do tempo apresentando marcos dessa caminhada, o que favorece uma visão geral do que foi realizado. São descritas e fundamentadas as principais iniciativas do PPF ao longo de 2017 a 2022, de acordo com o Plano de Ação de Gênero, Raça e Etnia do projeto.

O quarto capítulo apresenta cada uma das sete organizações da sociedade civil, seus campos de atuação e, especificamente, suas experiências no campo de gênero, raça e etnia: Cáritas Diocesana de Crateús, Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (Cactus), Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador (Cetra), Centro de Pesquisa e Assessoria Esplar, Centro de Estudos e Assistência às Lutas do(a) Trabalhador(a) Rural (Cealtru), Instituto Antônio Conselheiro de Apoio, Assessoria e Pesquisa para o Desenvolvimento Humano (IAC) e Instituto Flor do Piqui.

As principais dificuldades estão sistematizadas no capítulo cinco e dizem respeito tanto à realidade dos territórios, do Ceará e do País quanto àquelas internas, enfrentadas pelas organizações e pelo governo durante a execução do trabalho.

O capítulo seis contempla os objetivos da estratégia de equidade de gênero, raça e etnia do PPF, as estratégias adotadas e os principais resultados alcançados – estes, constatados nos processos de avaliação participativa desenvolvida ao longo de 2021. Ao final, serão apresentados outros olhares, que trazem falas de pessoas/organizações externas ao projeto, expressando, em documentos oficiais, a avaliação do trabalho desenvolvido.

No sétimo e último capítulo, são abordados os aprendizados gerados ao longo desse processo, seja pelos acertos, seja pelos erros que certamente foram cometidos. São aprendizados relacionados, sobretudo, à execução das políticas públicas. Eles têm uma relevância diante dos desafios postos para as gestões municipais, estaduais e federal que tantas vezes não priorizam efetivamente a integração de gênero, raça e etnia nas políticas de governo e de Estado.

Espera-se que essa sistematização possa despertar outras boas práticas e aprendizados nas gestões públicas e na sociedade civil, capazes de ir transformando as injustiças históricas que marcam as relações sociais e as condições de vida dos povos do Semiárido.

POR  
**COMPONENTE DE  
 DESENVOLVIMENTO  
 DE CAPACIDADES**  
 COORDENAÇÃO  
 TÉCNICA DO  
 PROJETO PAULO  
 FREIRE

## 1

---

**Semiárido cearense:  
contexto e desafios  
de uma sociedade  
capitalista, racista  
e patriarcal**



As desigualdades econômicas, de gênero, de raça e etnia são causas estruturantes das injustiças que ocorrem no campo, nas florestas e nas cidades, e colocam as mulheres, a população negra e os povos originários em condições de vida indignas. Esse quadro afeta não apenas o Brasil mas também outros países da América Latina e do Caribe, resultado de ações históricas de uma sociedade capitalista, racista e patriarcal no continente.

Reflexo da realidade de um país injusto e desigual são os baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), definidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a partir dos critérios de educação (alfabetização e taxa de matrícula), de longevidade (esperança de vida ao nascer) e de renda (Produto Interno Bruto – PIB *per capita*).

Simone Oliveira, liderança comunitária no Quilombo Jardim, Quiterianópolis (CE)  
Foto: Cícero Lacerda, PPF/SDA



De acordo com o Atlas Brasil (PNUD, IPEA, FJP, 2020), o estado do Ceará ocupa o 17º lugar no ranking do índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) no País. Dos 184 municípios do estado, 175 pertencem ao Semiárido cearense, ou seja, 95% deles (FUNCEME, 2017).

Essas condições de vida, marcadas por múltiplas desigualdades, caracterizam a realidade do povo que vive no Semiárido cearense e, particularmente, nas áreas de atuação do Projeto Paulo Freire: 31 municípios, distribuídos em três territórios de atuação: Cariri Oeste, Inhamuns e Sobral.

Entre os 31 municípios de atuação do Projeto Paulo Freire, 13 possuem baixo IDH, 17 têm médio IDH, e apenas um possui alto IDH de acordo com dados do Anuário do Ceará (2019-2020). É um indicador importante, uma vez que o objetivo principal do Projeto Paulo Freire é reduzir o empobrecimento rural no Semiárido cearense.

Apesar dos vários aspectos em comum, a formação histórica desses territórios é marcada por diversidades e desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. Consequentemente, essa desigualdade está presente em suas relações de poder.

| CARIRI OESTE      | INHAMUNS        | SOBRAL         |
|-------------------|-----------------|----------------|
| Altaneira         | Aiuaba          | Coreaú         |
| Antonina do Norte | Arneiroz        | Frecheirinha   |
| Araripe           | Parambu         | Graça          |
| Assaré            | Quiterianópolis | Hidrolândia    |
| Campos Sales      | Tauá            | Ipu            |
| Nova Olinda       |                 | Ipueiras       |
| Potengi           |                 | Irauçuba       |
| Salitre           |                 | Massapê        |
| Santana do Cariri |                 | Moraújo        |
| Tarrafas          |                 | Mucambo        |
|                   |                 | Pacujá         |
|                   |                 | Pires Ferreira |
|                   |                 | Reriutaba      |
|                   |                 | Senador Sá     |
|                   |                 | Sobral         |
|                   |                 | Varjota        |

## Os territórios e suas realidades refletem as desigualdades e as relações de poder

### CARIRI OESTE

- Na região, 88,7% da população recebia até um salário mínimo, e 8,3% recebia de 1 a 2 salários mínimos (2019)<sup>1</sup>.

- Em 2018, a maioria das famílias do território (de 53 a 71%) era beneficiária do Programa Bolsa Família, com destaque para o município de Antonina do Norte, onde esse percentual era de 100%.

- O território tem histórico de casos de violência contra as mulheres e de feminicídio, sendo registrados, no período de janeiro a agosto de 2021, 1.443 boletins de ocorrência (Lei Maria da Penha) e 4 feminicídios<sup>2</sup>.

- Tem forte presença negra, incluindo comunidades quilombolas (em 2010, um mapeamento do Grupo de Valorização Negra do Cariri e da Cáritas Diocesana do Crato deu visibilidade a 25 comunidades).

- A região é conhecida por suas expressões fortemente marcadas de religiosidade e cultura de tradição indígena e negra: artesanato, coco, reisado, banda cabaçal, cordel, sítios arqueológicos, xilogravura.

- Destaca-se a produção científica da região, que registrou aumento de 79% (2020)<sup>3</sup>.

### INHAMUNS

- A distribuição da população em classes por rendimento é semelhante em todos os municípios da região: a média da população que recebia até um salário mínimo era de 89,6%, enquanto aquela que recebia de um a dois salários mínimos é de 7,7%<sup>4</sup>.

**1** De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA).

**2** De acordo com a Agência Cariri.

**3** De acordo com a Web of Science, a Universidade Regional do Cariri (Urca).

**4** De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA).

- Em três municípios do território (Arneiroz, Parambu e Tauá), o percentual das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família era menor que 50%, no município de Aiuaba, o percentual era de 67%, já em Quiterianópolis, de 53%.

- O território tem a presença do povo indígena Tabajara, além das comunidades negras e quilombolas.

- O território é tradicionalmente conhecido por ser um dos principais produtores de ovinos e caprinos – em 2019, o município de Tauá ocupava o 13º maior produtor de ovinos do país<sup>5</sup>.

- O território tem experiências significativas de organização popular e de educação contextualizada, contando com a primeira escola família agrícola do estado: a EFA Dom Frágoso, situada no município de Independência.

**5** De acordo com o IBGE (2019).

Antonia Ribeiro “Nieta” com biodigestor na Comunidade Jatobá, Ipu (CE)  
Foto: João Marcos Caetano / Instituto Antônio Conselheiro, PPF/SDA



## SOBRAL

- A maioria do território que denominamos de Sobral contempla municípios da região Sertão Norte do estado.

- Em relação à distribuição por rendimentos, 88,2% da população do território recebia até um salário mínimo, enquanto 8,3% recebia de um a dois salários mínimos<sup>6</sup>.

- 43% das famílias dos municípios da região eram beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo o município de Santana do Acaraú (não contemplado pelo PPF) com o maior percentual, de 94%.

- Os municípios de Sobral e Frecheirinha são responsáveis pela composição do PIB da região e estão acima da média do estado do Ceará (2016), destoando dos demais municípios. Já Pires Ferreira possui o menor PIB *per capita* em decorrência do setor de serviço e indústria.

- Aproximadamente 70% da população do território vive em áreas urbanas (IPECE, 2015).

- O município de Sobral, sem considerar a Região Metropolitana de Fortaleza, possui a segunda maior população do estado (212.437 habitantes)<sup>7</sup>.

- A presença das universidades públicas na região faz de Sobral um centro de produção do conhecimento.

- O território conta com a presença significativa de comunidades quilombolas e pescadoras.

- Também tem experiências significativas de organização produtiva e comercialização dos produtos da agricultura familiar e economia solidária.

Se, por um lado, os dados expressam a diversidade e as potencialidades do território, por outro, revelam uma realidade marcada pela violência sexista, pelo racismo, pela baixa participação das mulheres nos espaços de poder, pela não titulação das terras dos povos indígenas e quilombolas e pela negação do direito ao território. São algumas das injustiças vivenciadas e denunciadas sistematicamente ao longo das últimas décadas por movimen-

<sup>6</sup> De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA).

<sup>7</sup> De acordo com o Ipece.

tos sociais e organizações da sociedade civil, especialmente por movimentos feministas, indígenas e negros.

Por meio de metodologias participativas, essas organizações e movimentos têm desenvolvido importantes ações afirmativas, ao mesmo tempo que incidem sobre governos para assegurar políticas públicas integradas de promoção da equidade de gênero, raça e etnia, de enfrentamento da pobreza e de convivência com o Semiárido.

O Projeto Paulo Freire, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, é fruto dessa construção histórica. Sua concepção tem como inspiração o protagonismo da sociedade civil no diálogo junto aos governos e suas pressões populares sobre eles, além da experiência anterior do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC). Um caminho percorrido desde 2014 que, especialmente nos últimos cinco anos, tem sido marcado por dificuldades, desafios e possibilidades.

Esta publicação traz a sistematização de práticas, reflexões, sensações experimentadas e aprendizados dessa trajetória – abordando entre o que foi desejado e o que de fato foi possível implementar. O fruto de uma construção coletiva que envolveu, sobretudo, as comunidades rurais, as sete organizações da sociedade civil responsáveis pela assessoria técnica contínua (ATC), a Secretaria de Desenvolvimento Agrário e as organizações parceiras.

# 2

---

**O Projeto Paulo Freire e a estratégia de equidade de gênero, raça e etnia**



O Projeto Paulo Freire tinha como **principal objetivo** a redução da pobreza rural no Semiárido cearense por meio do desenvolvimento humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável pautado na geração de renda, nos âmbitos agrícola e não agrícola. Desenvolvido no âmbito da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará, partiu do princípio de que, além das desigualdades econômicas, os marcadores de gênero, de raça, de etnia e de geração são estruturantes das injustiças sociais. Motivo pelo qual se estabeleceu como grupos prioritários da sua atuação as mulheres, as juventudes, os povos e as comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e pescadoras).

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROJETO PAULO FREIRE

**1º** Fortalecer as capacidades da população rural e das organizações comunitárias e econômicas para identificar, priorizar e solucionar seus problemas, formar lideranças e melhorar sua capacidade de participação nos processos decisórios locais.

**2º** Apoiar o estabelecimento e o fortalecimento de iniciativas produtivas comunitárias e familiares, aumentando suas capacidades e habilidades de desenvolvimento de negócios rurais e propiciando acesso aos mercados, incluindo os mercados institucionais, e às demais políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

**3º** Fomentar o desenvolvimento produtivo sustentável – agrícola e não agrícola – ao incrementar a produtividade de comunidades e unidades familiares e gerar oportunidades de renda e emprego, levando em conta a adoção e a promoção de práticas agroecológicas e de manejo sustentável de recursos naturais.

## Interconexões entre os objetivos do Projeto Paulo Freire e os marcadores de gênero, raça e etnia

A experiência de gênero, raça e etnia partiu do princípio de que o fortalecimento das capacidades passa pela reflexão crítica feita juntamente a mulheres e homens sobre as relações sociais de gênero, evidenciando as desigualdades, desmistificando os estereótipos e combatendo a violência contra as mulheres, o racismo e a LGBTfobia. Além disso, buscou-se fortalecer a participação das mulheres nas atividades e nos processos comunitários, a fim de assegurar direitos e contribuir para que elas ocupem espaços de tomada de decisões. Também foi imprescindível contribuir para que as mulheres ampliassem a consciência de seus direitos, se auto-organizassem e reivindicassem políticas públicas específicas e para toda comunidade.

No caso das comunidades indígenas e quilombolas, a implementação do projeto foi desafiada a considerar seu histórico e as particularidades dos seus modos de vida. O projeto foi levado a compreender a situação da luta pelo processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação das terras ocupadas e preservação de seus territórios, assim como a fortalecê-la. Os saberes ancestrais valorizados representaram aspectos potencializadores da organização, do desenvolvimento comunitário e de luta por políticas públicas para assegurar direitos.

A estratégia buscou estimular a organização produtiva das mulheres, contribuindo para que elas obtivessem ou aumentassem a sua renda monetária e não monetária. Também foi incentivado, entre mulheres e homens, a reflexão sobre a importância da tomada de decisão conjunta, da gestão compartilhada da produção e de comercialização bem como da criação de mecanismos para que as mulheres e grupos de mulheres participassem desses mercados.

No caso do trabalho feito com povos e comunidades tradicionais, foi ressaltado o marco legal (De-

creto n. 6.040/2007), que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), prevendo a definição de sustentável como o “uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras”. Destaca-se, dentre os objetivos dessa política, a implementação e o fortalecimento de iniciativas referentes às relações de gênero, que visa a assegurar a participação feminina, valorizando as mulheres e sua liderança ao longo da história e no presente.

Em relação ao terceiro objetivo específico, a estratégia buscou dar visibilidade às mulheres e ao seu trabalho no processo produtivo, valorizar seus conhecimentos e práticas, contribuir para que elas adquirissem novos aprendizados técnicos e acesassem novas tecnologias. Para isso, foram pensadas e desenvolvidas metodologias de trabalho que permitiram às mulheres exercitarem suas capacidades de fala, reflexão e proposição. Foi relevante refletir sobre a divisão sexual do trabalho, ajudando mulheres e homens a desconstruírem a suposta separação entre trabalho produtivo e reprodutivo e a desnaturalizarem o que é trabalho de mulher e trabalho de homem. Além disso, o PPF realizou a disseminação de tecnologias sustentáveis, que impactou especialmente a vida das mulheres e dos povos e comunidades tradicionais (PCT), contribuindo para a valorização e a preservação de seus recursos naturais, saberes e tecnologias tradicionais.

O Projeto Paulo Freire foi executado a partir de uma ação integrada e articulada com sete organizações da sociedade civil, contratadas para prestar ATC em 31 municípios, distribuídos em três territórios: Cariri, Inhamuns e Sobral. São elas: Cáritas Diocesana de Crateús, Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (Cactus), Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador (Cetra), Centro de Pesquisa e Assessoria Es-

plar, Centro de Estudos e Assistência às Lutas do(a) Trabalhador(a) Rural (Cealtru), Instituto Antônio Conselheiro de Apoio, Assessoria e Pesquisa para o Desenvolvimento Humano (IAC) e Instituto Flor do Piqui. As equipes técnicas das ATC e da Unidade Gestora do Projeto Paulo Freire (UGP) contaram com a participação de 334 pessoas, sendo 38,5% composto de mulheres.

## **ESTRATÉGIA DE EQUIDADE DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA**

A experiência prática mostrou os limites e as potencialidades de projetos e políticas públicas de gerar transformações sociais a partir do enfrentamento das desigualdades – socioeconômicas, de gênero e raça e de etnia – e da promoção da justiça. Para que essas transformações acontecessem, foi necessário criar um conjunto de condições favoráveis, com compromisso político, recursos financeiros, capacidade técnica e política, participação popular e planejamento.

Em 2017, na perspectiva de criar e, em determinados casos, ampliar essas condições, o Projeto Paulo Freire adotou quatro iniciativas importantes para o avanço das ações de gênero, raça e etnia a partir dali.

Elaborada no primeiro semestre de 2017 de forma participativa, a estratégia tomou como referência a realidade dos territórios (especialmente dos grupos prioritários), a proposta do projeto e seu marco lógico, além de concepções e princípios feministas e antirracistas. Teve como objetivo geral *garantir que os enfoques étnico-racial e de gênero fossem integrados ao processo de desenvolvimento social e produtivo, promovendo relações equitativas e igualitárias entre mulheres e homens e fortalecendo as populações negras, quilombolas e indígenas na garantia de seus direitos.*

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA ESTRATÉGIA

**a.** Fortalecer a condição social e a participação política das mulheres nas comunidades.

**b.** Promover o acesso equitativo de mulheres e homens a atividades produtivas agrícolas e não agrícolas e ao manejo sustentável dos recursos naturais do Semiárido.

**c.** Ampliar a renda e a autonomia econômica das mulheres, decorrentes da produção, do beneficiamento e da comercialização dos produtos agrícolas e não agrícolas.

**d.** Promover o fortalecimento da identidade étnico-racial das comunidades quilombolas e indígenas e a garantia dos seus direitos.

**e.** Assegurar institucionalmente condições para a implementação da estratégia de promoção da equidade de gênero, raça e etnia do Projeto Paulo Freire.

A estratégia desenvolvida contribuiu (e segue contribuindo) substancialmente para o alcance de equidade e igualdade de gênero e para o empoderamento das mulheres na região. A implementação da estratégia e de um plano de ação próprio possibilitou que o Projeto Paulo Freire integrasse as questões de gênero nas atividades, gerando mudanças na vida das mulheres que refletiram nos resultados e impactos do projeto, principalmente na segunda e terceira etapas.

Entre os principais resultados e impactos alcançados com a implementação dessa estratégia, destaca-se que, das 54.999 famílias (alcançando cerca de 209 mil pessoas), 52% tinham mulheres como chefes de família (28.567). O número contrasta com a realidade do contexto, em que elas representam apenas 19% dos proprietários dos estabelecimentos rurais no Brasil (IBGE, 2019).

**Importante destacar que a estratégia de gênero do PPF está em consonância com os três objetivos da política de gênero do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida):**

- Empoderamento econômico.
- Ampliação da participação social com voz ativa das mulheres nas organizações sociais.
- Redução da carga de trabalho doméstico.

## CONCEPÇÃO DA ESTRATÉGIA

A estratégia de equidade de gênero, raça e etnia, detalhada nos quatro pontos a seguir, foi implementada a partir de metodologias inspiradas no processo de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização (PMAS), articuladas à própria dinâmica já adotada no Projeto Paulo Freire. Esse rico processo de construção possibilitou traçar atividades, procedimentos e metodologias e a desenvolver capacidades e definir recursos. Ainda permitiu descrever uma sistemática própria como forma de verificar a efetividade da estratégia no alcance de seus objetivos e nos objetivos do PPF como um todo, facilitando, ainda, a mensuração de resultados e impactos do projeto.

Grupo focal com mulheres e homens de Várzea da Palha, Varjota (CE)  
Foto: Rones Maciel, PPF/SDA



### ESPECIALISTA EM GÊNERO, RAÇA E ETNIA

Após a elaboração da estratégia, houve a contratação de uma especialista no tema – que passou a integrar a equipe da Unidade Gestora do Projeto (UGP) –, responsável por pensar estrategicamente e implementar metodologias de trabalho, aprofundamento de conteúdos e sistemas de planejamento, monitoramento e avaliação específicos. Dentre suas principais atribuições, destaca-se a elaboração do Plano de Ação de Gênero, estímulo e orientações sobre o envolvimento de mulheres nas atividades do projeto, capacitação das equipes do projeto e das ATCs, fortalecimento do ambiente de debate nas comunidades sobre o papel do homem e da mulher na agricultura familiar e elaboração de instrumentos didáticos e pedagógicos baseados nos princípios e nas metodologias do projeto, relacionando-os com outros projetos e programas a fim de viabilizar ações de mobilização, acesso a mercados e políticas públicas.

### PLANO DE AÇÃO DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA

No final de 2017, foi elaborado o Plano de Ação de Gênero, Raça e Etnia com base na estratégia e no orçamento para sua implementação. Estruturado em cinco eixos, o plano buscou integrar as ações que já aconteciam no projeto, contemplando, também, ações específicas para assegurar sua efetividade e aperfeiçoar as capacidades técnicas na sua execução.

#### Eixos de ação do plano

- Gestão compartilhada do plano e articulação com outros projetos e políticas públicas.
- Desenvolvimento de capacidades.
- Desenvolvimento produtivo e sustentabilidade ambiental.
- Monitoramento e avaliação.
- Sistematização de saberes e produção de material educativo.

### Comissão de Gênero, Raça e Etnia

Criada em junho de 2018, a comissão passa a desempenhar papel importante na gestão participativa da ação de gênero, raça e etnia, e consolida-se enquanto espaço de planejamento, de formação política e de partilha dos processos desenvolvido pelas ATCs nos territórios, pela UGP e pelo Grupo de Trabalho (GT) de Equidade de Gênero dos projetos, apoiados pelo Fida. Em um primeiro momento, a comissão foi constituída por técnicas e técnicos da UGP e dos escritórios regionais do projeto (ERP). No ano seguinte, passou a contar com a participação de representantes das sete instituições de ATC, o que assegurou maior dinamismo a sua atuação.

---

“Quando o PPF chega com sua proposta de desenvolvimento produtivo e de capacidades e com recorte de gênero e focado nas juventudes, já nos mostrou a grandeza do projeto, que de alguma forma iria balançar a estrutura patriarcal posta e mudar a realidade das famílias. Um ponto importante foi ela acontecer primeiro com a equipe técnica e, daí, a gente sentir como era a construção desse tema no âmbito pessoal e coletivo. O primeiro ponto positivo foi trazer essa discussão para dentro da equipe, para nossas relações de trabalho. Logo depois, trabalhamos com as famílias: primeiro com as mulheres, depois, com homens e mulheres em oficinas que discutiam gênero. Esses espaços revelaram para as mulheres a condição de opressão vivenciada dentro de suas casas e nos diversos espaços sociais e as possibilidades de romper esses ciclos de opressão e violência. A formação e o diálogo sobre essas questões possibilitaram a muitas mulheres romper as opressões sofridas, entender que o lugar de mulher é onde ela quiser, que a rotina de trabalho doméstico não é responsabilidade só delas, que elas sempre contribuíram na renda a partir da produção do quintal e que essa contribuição nem sempre é vista e muito menos contabilizada, algo feito só após as cadernetas”.

#### Amanda Lima

*Pedagoga (Assessora técnica do IAC)*

---

## PRINCÍPIOS E CONCEPÇÕES FEMINISTAS E ANTIRRACISTAS

A elaboração da estratégia e da ação de gênero, raça e etnia no Projeto Paulo Freire foi fundamentada em concepções, princípios e metodologias feministas e antirracistas, aqui compreendidas como:

**GÊNERO** É um “conceito usado para explicar um sistema de papéis atribuídos aos homens e às mulheres determinado pelo contexto sociocultural, político e econômico. Essa definição enfatiza os fatores ligados à cultura e à simbolização que as sociedades fazem dos papéis sociais, negando a ideia de que homens e mulheres ocupem determinadas posições em função da anatomia ou do determinismo biológico” (LAMAS, 2000 *apud* GT em Gênero e Agroecologia, 2006).

**PATRIARCADO** “O patriarcado é um sistema sociopolítico que insiste que os homens são inerentemente dominantes, superiores a tudo e a todos considerados fracos, especialmente mulheres, e que são dotados do direito de dominar e governar os fracos e de manter esse domínio por meio de várias formas de terrorismo psicológico e violência” (HOOKS, 2005).

**RACISMO ESTRUTURAL** “É um conjunto de práticas discriminatórias, institucionais, históricas e culturais dentro de uma sociedade que frequentemente privilegia algumas raças em detrimento de outras. O termo é usado para reforçar o fato de que há sociedades estruturadas com base no racismo, que favorecem pessoas brancas e desfavorecem negros e indígenas” (PINTO, 2022).

**INTERSECCIONALIDADE** É um conceito que nos ajuda a pensar a consequência das relações desiguais. “Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002).

**FEMINISMO** “Feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão” (HOOKS, 2018).

---

“Promover, com as mulheres, um debate sobre gênero na perspectiva feminista, em um projeto que atende a toda a família, é, no mínimo, desafiador, sobretudo na realidade política e econômica que vivemos, principalmente quando se é mulher e negra. (...) A existência da Comissão de Gênero, Raça e Etnia e da assessoria técnica diferenciada foi fundamental. (...) Eu aprendi que trabalhar com a promoção de direitos deve ser prioridade de toda política pública, sobretudo na agricultura familiar com base na transição agroecológica. Sem feminismo, não há agroecologia! Com racismo, não há agroecologia!”

**Silvana Holanda**  
Geógrafa (Assessora do Esplar)

---

**PERSPECTIVA INTERSECCIONAL** Para articular e compreender a realidade complexa e diversa dos sujeitos envolvidos no projeto bem como dos seus territórios, foi adotada uma perspectiva interseccional em relação aos marcadores de gênero, geração, raça, etnia e classe.

Para tanto, foi tomada como referência a realidade do território cearense, buscando fortalecer a implementação de uma política pública enquanto direito dos povos do Semiárido e dever do Estado. Além disso, buscou-se valorizar os saberes e as práticas de convivência com o Semiárido, a auto-organização política e comunitária, a assessoria técnica contínua, o fomento rural, as tecnologias sociais, a segurança alimentar e nutricional, a agroecologia, o acesso à água para o consumo humano e produção e a comercialização solidária.

Aqui lembramos o pensamento da intelectual Lélia Gonzalez. “Enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo: negros, brancos, e nós, todos juntos, refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma práxis de conscientização da questão da discriminação racial nesse país, vai ser muito difícil o Brasil chegar ao ponto de ser, efetivamente, uma democracia racial.”

# 3

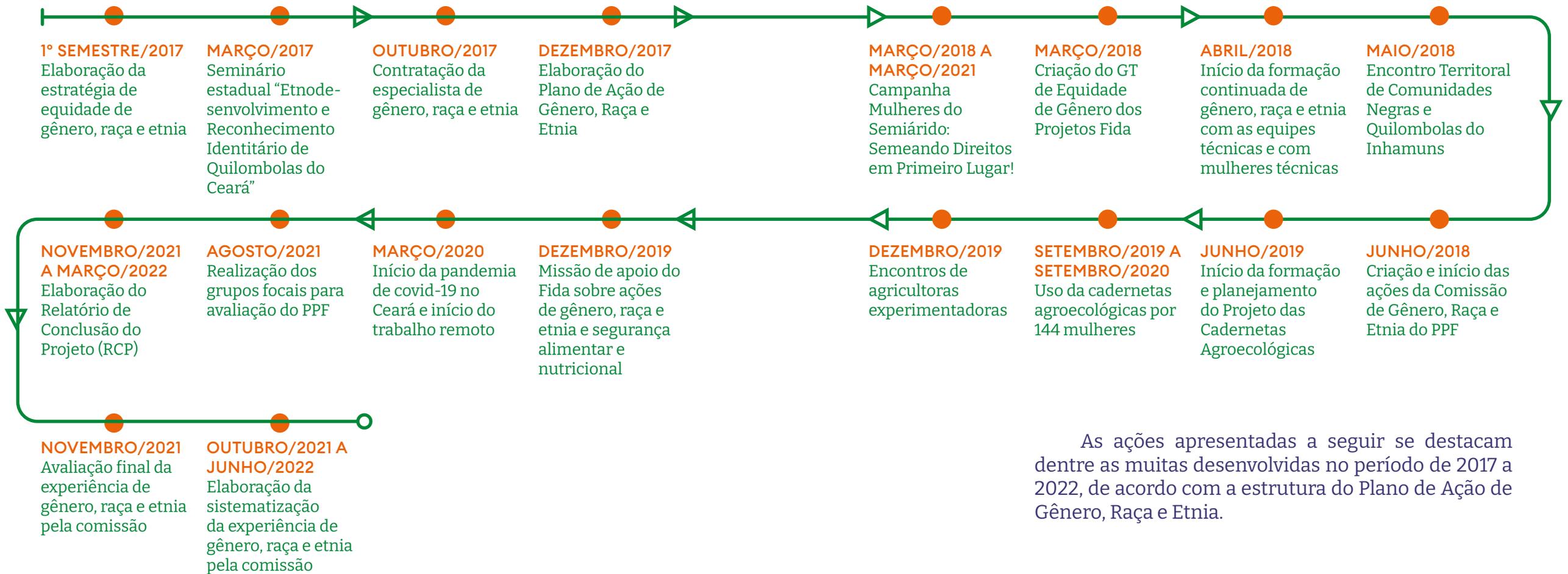
Principais ações  
da estratégia de  
equidade de gênero,  
raça e etnia



A ampliação da consciência dos direitos das mulheres representa condição indispensável para a sua autonomia e sua luta por seus direitos. Entre as 54.999 famílias beneficiárias do Projeto Paulo Freire, 28.567 tinham mulheres como chefes de família, representando 52% das beneficiárias – a maioria delas negra, correspondendo a 80,49% das identificações válidas segundo o Sistema Ater (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2022). Considerando que a maior parte das decisões nos ambientes familiares e comunitários são tomadas por homens, o PPF desenvolveu ações de fortalecimento político, empoderamento das mulheres e ampliação da sua participação nos processos decisórios nesses espaços.



Grupo de mulheres produtoras de bolos no Quilombo Coité, Ipueiras (CE)  
Foto: Equipe Cetra, PPF/SDA



As ações apresentadas a seguir se destacam dentre as muitas desenvolvidas no período de 2017 a 2022, de acordo com a estrutura do Plano de Ação de Gênero, Raça e Etnia.

## EIXO DE AÇÃO 1

### Gestão compartilhada do Plano de Promoção da Equidade de Gênero, Raça e Etnia e articulação com outros projetos/políticas públicas

• **Comissão de Gênero, raça e etnia do Projeto Paulo Freire:** criação em junho de 2018. Realização de reuniões sistemáticas presenciais e virtuais gerais e por território; realização de rodas de conversa e encontros; organização de campanhas.

• **GT de Equidade de Gênero dos projetos apoiados pelo Fida:** participação em reuniões presenciais e virtuais e encontros do GT, em que ocorriam partilha dos processos vivenciados em cada projeto, definição de estratégias conjuntas para assegurar uma integração mais efetiva de gênero nos projetos, sistematização de saberes e experiências, contribuição na realização de pesquisas e encaminhamentos do Projeto das Cadernetas Agroecológicas.

• **Articulação do PPF com outros projetos/políticas públicas:** na perspectiva de potencializar os resultados do Projeto e das suas parcerias, foram estabelecidos diálogos, articulação e ação conjunta com:

» redes estadual e municipais de atendimento às mulheres vítimas de violência – Defensoria Pública, Ministério Público, Casa da Mulher Brasileira, Coordenação de Políticas para as Mulheres;

» Projeto Empodera;

» Escola de Saúde Pública (ESP);

» Coordenadoria de Políticas de Igualdade Racial (Ceppir);

» Escola Social de Gastronomia (ESG);

» Coordenadoria de Juventudes, Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA);

» Sistema SDA – Coordenadoria do Desenvolvimento dos Assentamentos e Reassentamentos (Co-dea), Projeto São José, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDR);

» Organizações parceiras – organizações da sociedade civil que desenvolveram assessoria técnica contínua (ATC), Adaptando Conhecimento para Agricultura Sustentável e Acesso ao Mercado (AK-SAAM), Associação Slow Food, Programa Semear Internacional (PSI), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedec).

Marciana Rodrigues, pescadora artesanal na Comunidade Ilha do Esaú, Ipu (CE)  
Foto: Maria Alice Oliveira, PPF/SDA



## EIXO DE AÇÃO 2

### Desenvolvimento de capacidades

• **Formação continuada:** formação em gênero, raça e etnia com as equipes técnicas das ATCs, abordando, de forma vivencial e participativa, temáticas e metodologias de trabalho com as comunidades rurais, principalmente com mulheres. Os temas foram contemplados desde a formação inicial com todas as equipes técnicas, em agosto de 2017, às formações específicas por ATC e UGP. A partir da formação, as equipes técnicas refletiam sobre sua vivência no PPF, em determinados momentos com toda a equipe, e em outros, somente com as técnicas mulheres. Nesses momentos, além dos debates, foram definidos conteúdos e metodologias a serem abordados nas oficinas com mulheres e mistas, nas comunidades e em espaços em que eram trabalhados temas como a justa divisão do trabalho doméstico e agroecologia.

“As ações de gênero foram muito importantes para mim, pois, só depois das oficinas feitas aqui na minha comunidade, eu soube dos meus direitos. Tive vários ensinamentos: que a mulher não é só dona de casa, tem direito a tudo que ela quiser conquistar, que ela é dona de si mesma, sobre a importância de ter meu próprio dinheiro e que eu podia estar vendendo as coisas que sei fazer, porque eu sempre fiz doce, mas só depois do Projeto Paulo Freire eu estou vendendo para fora. Hoje, eu até desenvolvo itens novos por meio da oportunidade que eu tive de aprender a fazer outros produtos nas formações e a participar de feiras. Aprendi algumas coisas com as colegas das feiras. Com esse projeto e com vocês, eu aprendi os meus valores. O projeto foi algo muito bom pra mim, para o meu desempenho, melhorou muito minha qualidade de vida.”

**Sílvia Rodrigues de Sousa**

*Santa Rosa – Ipu (Assessorada pelo IAC)*

Para aprofundar e disseminar reflexões sobre essas temáticas, foram realizadas atividades formativas complementares por meio de intercâmbios, seminários, lives, rodas de conversa, oficinas com beneficiárias(os) do projeto e equipes técnicas.

### PRINCIPAIS TEMAS TRABALHADOS





Antônia Maria da Silva Rozendo, “dona Nêta”, Comunidade de Zabelê II, Nova Olinda (CE)  
Foto: Rones Maciel, PPF/SDA

• **Apoio à auto-organização de mulheres:** a partir dos processos formativos e da implementação dos Planos de Investimento Produtivos (PIs), as entidades de assessoria técnica contínua estimularam e contribuíram com a organização, a reestruturação e o fortalecimento de 115 grupos de mulheres nas comunidades. Esses grupos foram organizados com finalidade política, produtiva e de comercialização, ampliando a capacidade de atuação coletiva das mulheres.

• **Enfrentamento da violência contra meninas e mulheres:** a partir de uma ação articulada entre ATC e UGP, houve uma atuação no acolhimento e no apoio a meninas e mulheres vítimas de violência sexista, encaminhando-as para a rede local de denúncia e atendimento. Em alguns momentos, com consonância com as ATCs, também apoiamos comunidades quilombolas em conflitos socioambientais a partir do diálogo e de mobilização.

♪ “Essa luta não é fácil, mas tem que acontecer. A mulher organizada tem que chegar ao poder. Vamos juntas, companheiras, vamos botar para valer. Vamos quebrar as correntes do machismo e do poder.” ♪

#### Nazaré Flor

Fundadora do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste

## EIXO DE AÇÃO 3

### Desenvolvimento produtivo e sustentabilidade ambiental

• **Planos de investimento produtivo:** os planos tiveram, prioritariamente, titularidade no nome das mulheres. Buscou-se empoderá-las e ampliar as condições de fortalecimento enquanto sujeito político individual e coletivo na família, na comunidade e no território, em um contexto social marcadamente desigual. Além das formações, a UGP realizou uma análise amostral dos primeiros diagnósticos rurais participativos (DRP) e PIs, que permitiu identificar o nível de presença/ausência dos elementos relacionados a gênero, raça, etnia e juventudes e, a partir daí, orientar a atuação estratégica.

“A priorização da participação de mulheres e jovens nos PIs e nas formações, o apoio aos grupos de mulheres e as cadernetas agroecológicas foram ferramentas que aprimoraram o olhar técnico, para entendermos que nosso papel de assessoria técnica, vai além do apoio às atividades produtivas. Hoje, vejo o quão fundamental é conversar sobre divisão justa do trabalho doméstico, violência e independência financeira e emocional das mulheres. Esse olhar sensibilizado resulta [...] numa mudança na forma de falar, de pensar e de agir que impactam as comunidades acompanhadas. Trazer à luz essas problemáticas e plantar a semente do questionamento é o primeiro passo para transformar a realidade.”

#### Maria Gina Torres Sena

Engenheira agrônoma (técnica da Cáritas)

• **Projeto de Formação e Disseminação do Uso Consciente das Cadernetas Agroecológicas nos Projetos Apoiados pelo Fida no Brasil:** iniciativa desenvolvida em parceria com o Programa Semear Internacional (PSI), o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), o GT de Gênero da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e o GT de Equi-

dade de Gênero dos projetos apoiados pelo Fida no período de setembro de 2019 a setembro de 2020. Do PPF participaram 144 mulheres de vinte municípios, distribuídos nos três territórios. Ao longo de 13 meses, foram realizados seminários formativos nacionais, estaduais e territoriais, aplicação de questionários socioeconômicos, mapas da sociobiodiversidade, acompanhamento do registro nas cadernetas agroecológicas, divulgação dos resultados, contribuição na realização do intercâmbio Brasil-África e na elaboração da publicação com os resultados do projeto.

---

“Trabalhar, tendo como ferramenta metodológica as cadernetas, proporcionou particularidades que, na correria, passavam despercebidas. As cadernetas agroecológicas abriram um leque de oportunidades para conhecermos a sua trajetória, suas vivências, sua produção e, sobretudo, proporcionou a essas mulheres reconhecerem o quanto é impactante, dentro da unidade familiar, todo seu trabalho. A partir das cadernetas, reconheceram o tamanho da economia gerada dentro de casa por meio do seu trabalho. A caderneta me proporcionou ter um olhar mais cuidadoso com essas mulheres. Me instigou a ter mais curiosidade a cada visita, a ouvir mais dessas mulheres.”

**Priscila Alves Holanda**

*Assistente social (técnica do Cetra)*

---

- **Encontros de agricultoras experimentadoras:** a UGP e as ATCs realizaram atividades de intercâmbio que possibilitaram a disseminação e a partilha de saberes e práticas agroecológicas de convivência com o Semiárido, do uso de tecnologias sociais e de fortalecimento do protagonismo das mulheres.

- **Participação das mulheres nos espaços de comercialização:** a UGP e as ATCs apoiaram as mulheres a participar de feiras e outros espaços de comercialização agroecológica e de agricultura familiar em seus territórios e em Fortaleza. Elas também foram incentivadas a ampliar suas vendas pela internet (WhatsApp, feiras virtuais, Instagram e Facebook), a fim de divulgar e comercializar os seus produtos.

---

**CADERNETA  
AGROECOLÓGICA**

A caderneta agroecológica  
Veio para a gente alertar  
Abrir os nossos olhos  
Para poder nos mostrar  
A força que a mulher tem  
E o quanto pode brilhar.

Uma ferramenta de poder  
Entregue em nossa mão  
Para mudar a nossa vida  
Em forma de anotação.  
Um incentivo maior  
Para a nossa produção.

Segurar ela nas mãos  
Faz a gente entender.  
Sábias foram as pessoas  
Que vieram a criar você,  
Mas sorte quem tem é nós  
De em tuas linhas escrever.

No fim de cada dia  
Eu vou correndo anotar  
E às vezes sem perceber  
Me pego a te abraçar  
Balançando em meus braços  
E sorrindo sem parar.

Não pense que é tolice  
É uma forma de amar  
É muito além de papel  
Difícil de te explicar  
Pois transforma tudo aqui dentro  
Para o de fora enxergar.

---

**Eliana Teles**  
*Comunidade  
Guritiba –  
Santana do  
Cariri*

## EIXO DE AÇÃO 4

### Monitoramento e avaliação

• **Ação articulada com o componente monitoria e avaliação:** as atuações do componente desenvolvimento de capacidades e da especialista de gênero, raça e etnia com o componente monitoria e avaliação foram, em momentos estratégicos do projeto, importantes para a revisão e a redefinição de indicadores e metodologias de monitoria e avaliação. O Plano de Ação de Gênero, Raça e Etnia e sua estratégia foram elaborados tomando como referência o marco lógico e a linha de base.

• **Grupos focais:** a UGP realizou três grupos focais com beneficiárias(os) em 2017, com o objetivo exploratório de conhecer o trabalho desenvolvido pelo PPF na sua primeira etapa. Isso contribuiu para elaborar a estratégia de gênero, raça e etnia. Também foram realizados quatro grupos focais com mulheres, PCT, técnicas(os) e juventudes, com finalidade de avaliar qualitativamente os resultados e impactos do PPF de forma a contribuir na avaliação de impactos e na elaboração do Relatório de Conclusão do Projeto (RCP). Esta experiência contou com a assessoria da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

• **Cadernetas agroecológicas:** a metodologia e as informações coletadas na experiência das cadernetas agroecológicas possibilitaram mensurar quantitativa e qualitativamente dados e resultados relativos à vida das mulheres, sua produção agrícola e não agrícola, suas relações socioeconômicas (consumo, doação, troca e venda) e renda.

• **Apoio na realização de pesquisas e avaliação de impactos:** durante a execução do PPF, especialmente durante os últimos dois anos, foram realizadas várias pesquisas e estudos de iniciativa não só da própria UGP mas também do Programa Semear Internacional (PSI). A avaliação de impactos, realizada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), também foi realizada. O apoio dado a essas iniciativas buscou integrar gênero, raça e etnia a suas metodologias e análises de dados.

## EIXO DE AÇÃO 5

### Sistematização de saberes e produção de material educativo

• **Boletim *Floriô Semiárido*:** informativo que contou com edições especiais sobre os seguintes temas: Dia Internacional de Luta das Mulheres; Comunidades Negras e Quilombolas; Mulheres Pedreiras (Reuseiras); Quintais Produtivos; e Cadernetas Agroecológicas.

• **Campanha Mulheres do Semiárido – Semeadando Direitos em Primeiro Lugar:** foram realizadas quatro edições (2018 a 2021), alcançando milhares de mulheres por meio de seminários, rodas de conversa, exposição fotográfica itinerante, cartões postais, Boletins *Floriô Semiárido*, audiotextos, lives, depoimentos em vídeo, calendários, entre outros.

• **Campanha Consciência Negra: Essa Luta é Todo Dia:** ocorrida no mês de novembro em 2019 e 2020, gerou visibilidade à realidade das comunidades negras e quilombolas por meio da veiculação de depoimentos em vídeo de beneficiárias(os) negras(os) sobre o que significa ter consciência negra.

• **Publicações diversas:** instrumentos que possibilitaram promover reflexões sobre gênero, raça e etnia e dar visibilidade à produção das mulheres, aos quintais produtivos e às cadernetas agroecológicas.

---

“A assistência técnica dada para o desenvolvimento de capacidades às mulheres rurais do Projeto Paulo Freire possibilitou a autovalorização e o reconhecimento das mulheres rurais no trabalho reprodutivo e produtivo a partir das formações de gênero, raça e etnia.”

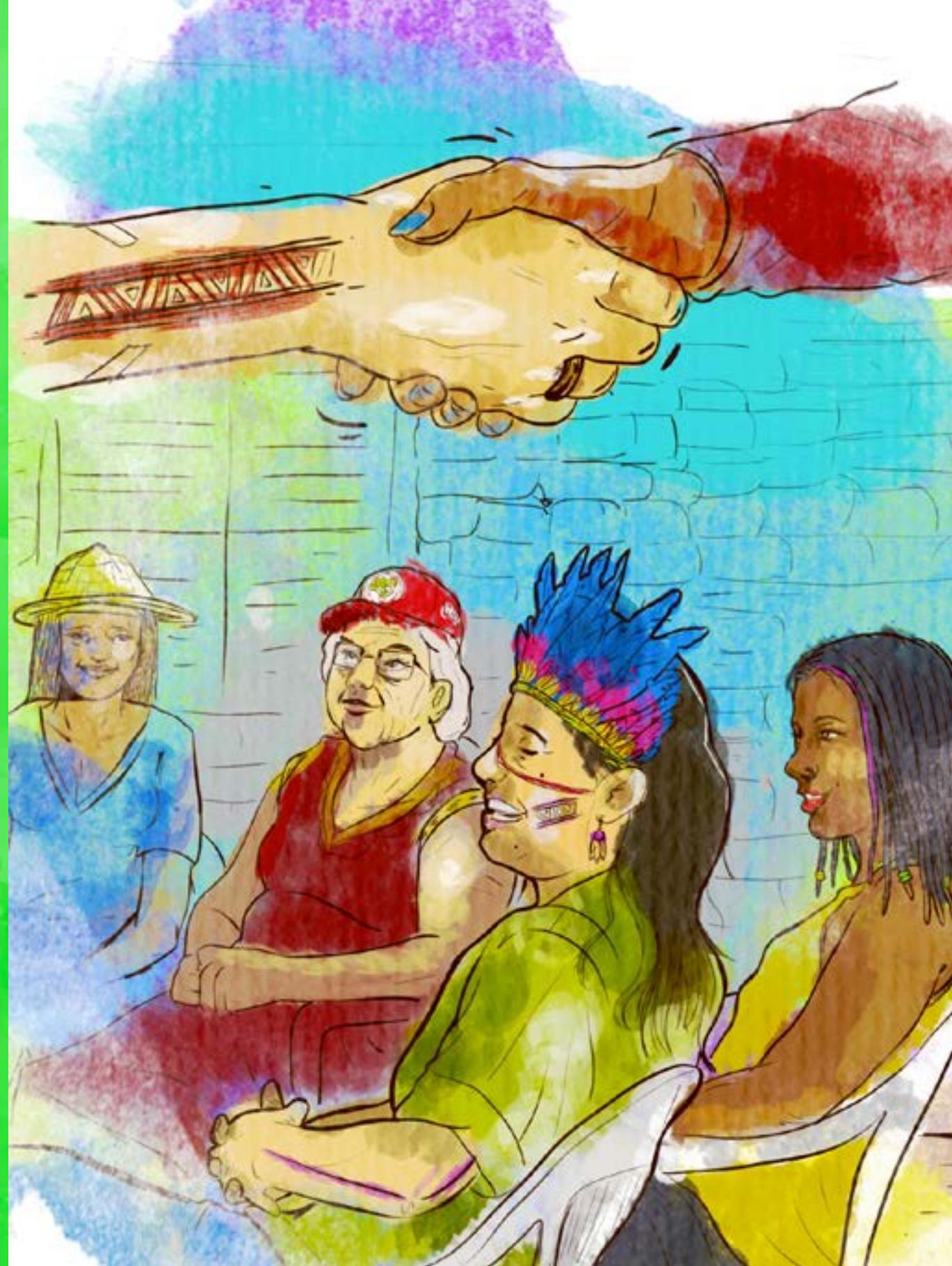
**Aurenir Andrade**  
Técnica do Cealtru

---

# 4

---

## Organizações da sociedade civil parceiras do Projeto Paulo Freire



As iniciativas foram desenvolvidas pela UGP em articulação, sobretudo, com a Comissão de Gênero, raça e etnia e com as sete organizações da sociedade civil<sup>8</sup>, cujo histórico, atuação e integração ao tema gênero, raça e etnia são apresentadas a seguir.

## CACTUS

Fundada em 2003, é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos. Tem como objetivo atuar com comunidades rurais e urbanas, priorizando as pessoas que estejam em situação de risco, organizadas ou não em associações. Visa uma transformação socioeconômica e cultural, incentivando o associativismo e a cooperação, com respeito a valores e saberes locais dos grupos envolvidos em sua atuação, com vistas ao combate a pobreza e exclusão social e à preservação do meio ambiente para o desenvolvimento sustentável, tornando as pessoas capazes de assumir suas opções transformadoras, democráticas e solidárias. Desde 2017, atua no território do Cariri Oeste do estado do Ceará, desenvolvendo ATC no PPF com 2.640 famílias de 10 municípios: Altaneira, Assaré, Antonina do Norte, Araripe, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Tarrafas, Salitre e Santana do Cariri.

### Gênero

Antes do PPF, a Cactus não desenvolveu projetos específicos com enfoque de gênero. Entretanto em todos os projetos trabalhados desde 2003, tem promovido discussões de conceitos e dos princípios das relações de gênero, buscando assegurar a participação das mulheres, além de contar com profissionais aptos para realização de ações de capacitação e sensibilização de agricultoras(es) e da própria equipe técnica.

### Principais ações para promoção da equidade de gênero – PPF

- Reuniões para formação das associações, sensibilizando mulheres e jovens para sua inserção na



**8** Cactus, Cáritas Diocesana de Crateús, Cealtru, Cetra, Esplar, Flor do Piqui e IAC

composição da diretoria e do conselho (junho a dezembro de 2018);

- Oficinas para o fortalecimento do empoderamento feminino e desenvolvimento nas produções locais (janeiro a junho de 2019);

- Seminários municipais temáticos: Saúde da Mulher (janeiro a dezembro de 2019);

- Seminários municipais e intermunicipais sobre cadernetas agroecológicas (2019).

### Raça e Etnia

Da mesma forma que o tema de gênero, a entidade não desenvolveu projetos anteriores com foco específico, mas atuou com populações indígenas e quilombolas, no Ceará e no Piauí, na construção de cisternas, assistência técnica e extensão rural (Ater) e no Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), que promoveu troca de experiências e aprendizados. Com o PPF, trabalho se deu com comunidades quilombolas na região do Cariri Oeste.

### Principais ações para promoção da equidade étnico-racial – PPF

- Reuniões temáticas: Esses momentos favoreceram o posicionamento político e a reflexão dos conceitos de gênero, raça e etnia na perspectiva da valorização da identidade dos múltiplos sujeitos que convivem em um mesmo espaço, a fim de desconstruir os estereótipos e os estigmas que foram atribuídos historicamente a alguns grupos sociais (janeiro a dezembro de 2019).

## CÁRITAS DIOCESANA DE CRATEÚS (CDC)

A CDC foi fundada em 2005 e integra a Cáritas Brasileira Regional Ceará. Tem como missão reduzir a pobreza de mulheres, indígenas, quilombolas, populações periféricas, agricultores, pescadores artesanais e suas famílias e juventudes, em meio urbano e rural, pela assessoria técnica, capacitação de educa-



dores para concepção de uma educação contextualizada e implementação de tecnologias sociais de convivência com o Semiárido.

Suas prioridades de atuação são:

- formação e organização comunitária, defesa e conquista de direitos básicos, controle social das políticas públicas, articulação e mobilizações sociais;
- incentivo à produção agroecológica, comercialização justa e solidária, educação contextualizada para convivência com o Semiárido, educação ambiental (resíduos sólidos);
- fortalecimento da Rede Cáritas, articulação com as pastorais sociais, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o conjunto da Igreja.

Entre os principais programas e projetos desenvolvidos, estão a educação contextualizada; o Plano de Desenvolvimento Local Sustentável (PDLS); o Programa de Economia Popular Solidária; e o Programa de Convivência com o Semiárido (PCSA).

### **Gênero, raça e etnia**

A CDC, desde sua fundação, exerce ações relacionadas a gênero, principalmente no acompanhamento de grupos de mulheres urbanas e rurais nos processos formativos e de comercialização, como a Feira Regional da Agricultura Familiar e Economia Popular Solidária dos Territórios Inhamuns e Crateús.

### **Principais ações para promoção da equidade de gênero – PPF**

- Rodas de conversa com mulheres durante a construção dos Diagnósticos Rurais Participativos (DRPs), sensibilização e apoio para formação do grupo, saúde preventiva, cadernetas agroecológicas, monitoramento do PPF;
- Processos formativos (oficinas, seminários) sociais e produtivos com várias temáticas: panificação caseira, artesanato, medicina alternativa, alimentação saudável, sementes crioulas, cuidando da cuidadora, violência contra a mulher, cadernetas agroecológicas;

- Feiras locais e regionais da agricultura familiar e da economia solidária;
- Campanha “Mulheres do Semiárido: Semeando Direitos em Primeiro Lugar”;
- Cadernetas agroecológicas;
- Intercâmbios de experiências em comercialização e bioágua;
- Apoio à formação de grupos de mulheres.

### **Principais ações para promoção da equidade étnico-racial – PPF**

- Feira Regional da Agricultura Familiar e Economia Popular Solidária dos Territórios Inhamuns e Crateús;
- Processos formativos sociais e produtivos;
- Apoio e articulação com movimentos de luta, como o Grito dos Excluídos.



### **CEALTRU**

Fundado em 1987, o Cealtru reafirma seu compromisso com a consolidação do desenvolvimento rural sustentável e solidário, tendo o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) como principal parceiro. Tem como missão prestar assessoria nas lutas e conquistas de trabalhadores e trabalhadoras rurais, agricultores familiares, para o crescimento e fortalecimento da categoria, promovendo o desenvolvimento rural sustentável e solidário.

As principais áreas de atuação são:

- convivência com o Semiárido;
- agroecologia;
- segurança alimentar e nutricional;
- geração de renda e agregação de valor;
- produção de sementes;
- sistemas agroflorestais;
- comercialização e mecanismos de garantia;
- microcrédito e crédito agrícola;
- arranjos produtivos locais;

- habitação;
- educação contextualizada;
- gênero;
- geração;
- raça e etnia;
- acesso à terra e reforma agrária;
- assistência técnica, contábil e jurídica.

Nos últimos quatro anos, o Centro desenvolveu assessoria técnica continuada do Projeto Paulo Freire, com ações prioritariamente voltadas a mulheres e juventudes rurais.

### Gênero

As primeiras iniciativas relacionadas a gênero se deram no desenvolvimento do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e do Programa Uma Terra Duas Águas (P1+2), quando as mulheres eram titulares prioritárias. Na amplificação desses programas, suas capacitações em gerenciamento dos recursos hídricos e gerenciamento da água para produção de alimentos e em sistema simplificado de manejo da água abordaram conteúdos relacionados a gênero. A partir de 2017, com o PPF, foi possível desenvolver uma ação mais sistemática.

### Principais ações para promoção da equidade de gênero – PPF

- Formação com a equipe técnica;
- Formações de gênero com as comunidades – feminismo e agroecologia, violência contra a mulher, direitos, divisão justa do trabalho;
- Apoio e acompanhamento a grupos produtivos de mulheres – artesanato de barro e palha, corte e costura;
- Cadernetas agroecológicas;
- Intercâmbios com as mulheres em horticultura, avicultura, suinocultura, ovinocultura, caprinos, pesca artesanal, artesanato de barro, palha e linha.



### CETRA

Fundado em 1981, o Cetra é uma organização da sociedade civil que tem como missão contribuir para o bem viver no campo e na cidade por meio da agroecologia e da convivência com o Semiárido. Tem como princípios a solidariedade, a universalização dos direitos humanos e a proteção e conservação do meio ambiente na construção de uma sociedade justa, democrática, livre e igualitária. O Cetra desenvolve a maior parte das suas ações no território Vales do Curu e Aracatiaçu, território do Sertão Central, território de Sobral, Inhamuns, Ibiapaba, Maciço de Baturité e Sertões de Canindé. Atua a partir das seguintes linhas estratégicas: agroecologia e convivência com o Semiárido, ações socioambientais, socioeconomia solidária, fortalecimento das organizações sociais e redes, juventude rural, mulheres e comunicação.

### Gênero

O Cetra, desde sua origem, desenvolveu ações com mulheres trabalhadoras rurais na região de Itapipoca. Articulado com movimentos de outros estados da região Nordeste, ajudou na fundação do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), que, posteriormente, contribuiu igualmente na criação da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (Rede LAC) e apoiou a realização do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais da América Latina e do Caribe, realizado em Caucaia, no Ceará, em 1983. É parceiro do Fórum Cearense de Mulheres. Trabalha com grupos de mulheres rurais nos seus territórios de atuação visando seu empoderamento sociopolítico e sua autonomia financeira por meio da produção e da comercialização em feiras agroecológicas e solidárias.

No início dos anos 2000, com relações e em diálogo com a Rede Ater Nordeste de Agroecologia, o Cetra avança nas ações de agroecologia com ênfase na construção de uma metodologia coletiva do conhecimento, que contribui para o debate sobre a importância do trabalho realizado pelas mulheres rurais. Também estabe-

lece, no mesmo período, relações e diálogos com o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), entidade da qual o Cetra faz parte.

Entre os anos de 2015 e 2017, o Cetra participou do projeto Organização Produtiva de Mulheres e Promoção da Autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica na região Nordeste, viabilizado pelo convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e a Universidade Federal do Ceará (UFC). No âmbito da realização desse projeto que se constituiu a Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste, da qual o Cetra faz parte. Nesse contexto, começou a experiência do uso das cadernetas agroecológicas nos territórios Vales do Curu-Litoral Oeste e Sertão Central.

Destacam-se, nessa trajetória, algumas iniciativas com as mulheres rurais:

- Assessoria técnica ao MMTR-CE e facilitação de alguns processos formativos do programa Escola Feminista;
- Assistência técnica e extensão rural (Ater) via contrato com Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Ater-Incra; Ater-Mulheres, via o extinto MDA; Projeto Dom Helder Câmara (PDHC);
- Integra a Rede Cearense de Ater, espaço importante que contribuiu para qualificar o trabalho estratégico com as mulheres;
- Sistematizações e publicações, entre elas a cartilha, conversando sobre “Ser mulher e ser homem no meio rural – construindo novas relações de gênero no campo”.

### **Principais ações para promoção da equidade de gênero – PPF**

- Atividades formativas;
- Criação, apoio e acompanhamento dos grupos de mulheres;
- Formação de mulheres pedreiras na construção de reuso de águas cinzas;
- Planos de investimento produtivos com par-

ticipação prioritária de mulheres, principalmente os voltados ao artesanato e às cozinhas comunitárias;

- Cadernetas agroecológicas;
- Participação das mulheres nas feiras agroecológicas.

### **Raça e Etnia**

Em relação à raça e etnia, o Cetra atua com comunidades indígenas e quilombolas. Quanto às comunidades indígenas, entre os anos 1970/1980, o Cetra iniciou um trabalho de assessoria jurídica para o povo indígena Tremembé na luta pela terra em Almo-fala, município de Itarema. Nos anos 2000, passou a desenvolver assessoria técnica a um grupo de mulheres do povo indígena Tremembé da Barra do Mundaú.

Desde então, tem desenvolvido outros projetos em articulação mais sistemática, realizando diversos projetos, como: Projeto Florestação, fortalecendo o processo de sustentabilidade ambiental e o Projeto Juventude Comunica os Direitos da Criança, do Adolescente e da Mulher (2015-2016); Projeto Ação Tremembé (2016-2019) de defesa e proteção dos direitos humanos – em que apoiou e assessorou o coletivo de Mulheres Cunha Porã e a Articulação de Mulheres Indígenas do Ceará (Amice) e participou da I Marcha Nacional de Mulheres Indígenas do Brasil (2019); Projeto Ecoforte (2020-2021), em que fomentou iniciativas de fortalecimento da produção do óleo de coco e a construção de unidade de referência de beneficiamento do produto na aldeia Buriti, com o povo Tremembé da Barra do Mundaú.

Quanto às comunidades quilombolas, nos anos 2000, desenvolveu o projeto Mulher Rural – Organização e a Produção Agroecológica com mulheres quilombolas das comunidades Água Preta e Conceição dos Caetanos, no município de Tururu. No território do Sertão Central, o Cetra desenvolve Ater com a comunidade quilombola Sítio Veiga e tem ações específicas com mulheres. Mais recentemente, foram implementados dois novos projetos, sendo um de reuso de águas cinzas e outro de canteiros, que possibilita-

ram abordagem das seguintes temáticas: sementes crioulas, medicina tradicional, economia feminista, violência doméstica, organização comunitária etc.

### Principais ações para promoção da equidade étnico-racial – PPF

- Formações em políticas públicas;
- Participação e apoio em eventos organizados por instituições quilombolas;
- Participação em intercâmbios (Farinhada dos Tremembé com a Juventude; Roda de Escravos no Quilombo Batoque);
- Caravana Territorial da Juventude;
- Intercâmbio internacional da Plataforma Semear sobre mapeamento participativo no Quilombo Batoque.

### ESPLAR

Com sede em Fortaleza, o Esplar é uma organização não governamental sem fins lucrativos fundada em 1974. Atua desenvolvendo atividades de fortalecimento das organizações de trabalhadoras(es) rurais no Semiárido cearense. Tem como missão construir, de forma compartilhada, um projeto de desenvolvimento solidário ecologicamente sustentável e concretizador de direitos, com foco na agricultura familiar. É fundamentado na agroecologia, na igualdade de gênero, no fortalecimento da autonomia dos movimentos sociais, na soberania e na segurança ambiental e nutricional e é contra a discriminação de raça, etnia e geração. Atua no estado do Ceará com ações intensivas nas regiões de Inhamuns/Crateús, Sertão Central, Sertões de Canindé, Região de Sobral, Vale do Jaguaribe e Região Metropolitana de Fortaleza. No plano nacional e internacional, articula-se com organizações não governamentais (ONGs), redes, movimentos e campanhas. Desenvolve seus programas com organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais, grupo de mulheres e associações comunitárias.



Ações prioritárias:

- Fortalecimento das organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais para incidência nas políticas públicas de interesse da agricultura familiar;
- Promoção da igualdade de gênero com enfoque feminista e de classe;
- Enfrentamento da discriminação de raça e etnia;
- Justiça ambiental e qualidade de vida a partir do direito à terra, à água e à biodiversidade;
- Desenvolvimento de sistemas agroecológicos;
- Processamento e comercialização da produção agrícola na perspectiva da socioeconomia solidária.

Dentre os temas estruturantes da sua atuação, destaca-se o de gênero, em uma perspectiva feminista.

### Gênero

Em 1984, tem início uma articulação de ONGs de vários estados do Brasil em torno do tema agroecologia. É criada a Rede de Projetos de Tecnologias Alternativas (Rede PTA), coordenada no plano nacional pela Federação de Órgãos para Assistência Social Educacional (Fase/PTA). O Esplar participa da Rede PTA executando os projetos no campo da agroecologia. Em 1988, inicia-se uma assessoria específica a mulheres trabalhadoras rurais, articulada a sindicatos e/ou associações em uma perspectiva, inicialmente, de superação das desigualdades de gênero. Passa a atuar em todas as regiões do Ceará, também, por meio da assessoria ao coletivo estadual de mulheres da Fetracece. Em 2002, assume a perspectiva feminista no trabalho com mulheres, contribuindo no debate nacional e internacional sobre a questão, contando com parceria com o Centro Feminista 8 de Março (CF8) e as Comissões de Mulheres dos Sindicatos Rurais.

### Principais ações para promoção da equidade de gênero – PPF

- Atividades formativas (oficinas, rodas de conversa, seminários) com equipe técnica e com as comunidades, especialmente com as mulheres;

- Cadastro das famílias, priorizando mulheres com titulares;
- Construção do diagnóstico rural participativo. Parte da metodologia foi realizada especificamente com mulheres;
- Desenvolvimento de campanhas educativas: Março Lilás (em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares); ações do dia de luta dos direitos das mulheres; Mulheres do Semiárido – Semeando Direitos em Primeiro Lugar; Pela Justa Divisão do Trabalho Doméstico; e PPF + Saúde;
- Festival das Juventudes do Semiárido;
- Participação na reorganização da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Município de Tauá;
- Intercâmbios de experiências: Mulheres, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Encontro de Agricultoras Experimentadoras;
- Apoio e realização de feiras da agricultura familiar;
- Cadernetas agroecológicas;
- Sistematizações: informativo Curiando os Inhamuns, vídeos institucionais;
- Participação em eventos: XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) em Aracaju/SE;
- Incentivo a grupos de mulheres e produtoras individuais para a produção, comercialização e uso de máscaras para a prevenção da covid-19.

### Raça e Etnia

O Esplar tem experiência de trabalho com povos indígenas. No contexto do PPF, a questão étnico-racial foi contemplada desde o momento de planejamento com as comunidades indígenas e quilombolas. Na construção dos DRPs, houve um esforço de conhecer as comunidades, identificar as especificidades de cada uma e desenvolver planos e ações específicos para as comunidades de acordo com a sua organização comunitária. São acompanhadas as comunidades

do Quilombo Jardim e Quilombo Furada. As aldeias indígenas são Croatá e Bom Jesus (todas em Quiterianópolis). Para superar os desafios iniciais na abordagem étnico-racial, o Esplar demandou apoio da UGP, quando, em 2017, foi realizada uma formação no território com as equipes técnicas do Esplar, da Cáritas e do escritório regional (ERP) do PPF.

### Principais ações para promoção da equidade étnico-racial – PPF

- I Encontro Territorial de Comunidades Negras e Quilombolas do Território dos Inhamuns, no Quilombo Jardim/Quiterianópolis;
- Orientação estratégica para garantia da participação das Comunidades Negras e Quilombolas nas ações do projeto e abordagem de temáticas e ações específicas;
- Apoio à participação dos povos indígenas e quilombolas nos diversos espaços públicos dentro e fora do território, especialmente de mulheres e juventudes: feiras, pesquisas de monitoramento, sistematizações de experiências, intercâmbios, festivais, lives etc;
- Formação da equipe assessorada pela UGP;
- Festival das Juventudes do Semiárido, que contou com a participação das juventudes indígenas e quilombolas e a realização de oficinas com temáticas específicas protagonizadas por elas;
- Apoio à participação do Quilombo Jardim na 8ª Feira da Agricultura Familiar de Quiterianópolis;
- Agricultoras do Quilombo Jardim representam 1/3 das mulheres pesquisadoras.

### INSTITUTO ANTÔNIO CONSELHEIRO (IAC)

Com sede no município de Quixeramobim, região do Sertão Central do Ceará, o IAC é uma organização não governamental com 25 anos de atuação na luta pelos direitos dos povos do Semiárido, desenvolvendo e multiplicando a agroecologia e o desenvol-



vimento rural sustentável. O IAC trabalha com agricultoras(es), jovens e adultos, desenvolvendo ações de fortalecimento da agricultura familiar, organização social e produtiva das famílias e organização das mulheres e jovens. Atualmente, trabalha em assentamentos da reforma agrária estadual e federal e em comunidades rurais nos processos de formação para a cidadania, em agroecologia, socioeconomia solidária e organização social. Também atua na formação para a gestão de atividades produtivas, comercialização e acesso a crédito, desenvolvendo assessoria técnica. Com isso, objetiva melhorar as condições de vida das famílias, qualificando sua ação produtiva e sua intervenção política, aumentando sua renda e garantindo a segurança alimentar e o manejo ecologicamente sustentável dos recursos naturais. Essas ações têm como base os princípios da agroecologia, considerando a dimensão de gênero e a participação das mulheres como pressuposto fundamental para o desenvolvimento local integrado e sustentável, para a promoção da inclusão feminina e dos direitos humanos das mulheres.

### Gênero

A inserção das mulheres nos espaços de organização social e econômica é uma das estratégias que o IAC tem motivado nas suas ações, possibilitando o enfrentamento das situações que inviabilizam o trabalho no sertão com dignidade, valorização, oportunidade e justiça social. Nessa perspectiva, prioriza-se a participação das mulheres, agricultoras e quilombolas, em todas as atividades realizadas pela entidade, motivando e promovendo a visibilidade do trabalho delas, refletindo sobre sua participação nas tomadas de decisões dentro e fora de casa e sobre os papéis sociais atribuídos às mulheres.

Na execução do PPF, o IAC insere a agroecologia e o feminismo como temas centrais para o enfrentamento da exclusão socioeconômica, trazendo possibilidades para o desenvolvimento de um Semiárido

de relações sociais igualitárias e ambientalmente sustentáveis a partir de práticas estratégicas que promovem a geração de renda por meio da produção e do beneficiamento de alimentos agroecológicos e artesanatos no comércio justo e solidário. As mulheres inseridas no PPF tecem saberes e agroecologia e têm construído espaços de aprendizado e trocas de experiências por meio de atividades que integram saberes ancestrais e diversidade sociocultural, ambiental e econômica.

### Principais ações para promoção da equidade de gênero – PPF

- Formações com a equipe técnica;
- Oficinas de gênero mistas e específicas com mulheres e juventudes – divisão sexual do trabalho, feminismo e agroecologia;
- Avaliação das oficinas de gênero;
- Intercâmbio de experiências – quintais produtivos, agricultoras experimentadoras, cadernetas agroecológicas;
- Cadernetas agroecológicas;
- Apoio à comercialização de produtos;
- Sistematização de experiências.

### Raça e Etnia

O projeto possibilitou à entidade ampliar suas ações com enfoque estratégico com as mulheres e suas atividades identitárias (agricultoras, artesãs da palha de carnaúba, pescadoras e quebradeiras de coco babaçu), promovendo espaços de construção do conhecimento agroecológico e suscitando diálogos com mulheres e suas experiências nas mais diversas interfaces.

### Principais ações para promoção da equidade étnico-racial – PPF

- Atividades formativas: capacitações sobre raça e etnia; oficinas temáticas – plantas medicinais, práticas integrativas, quintais produtivos para bem viver, beneficiamento do coco babaçu e do pescado; artesanato da

palha de carnaúba; rodas de conversa sobre agroecologia e segurança alimentar e nutricional; live “População negra e covid-19: desigualdades sociais e raciais”;

- Intercâmbios de experiências observando as atividades identitárias – beneficiamento do pescado e do coco babaçu e artesanato da palha de carnaúba;

- Exposição itinerante Mulheres do Semiárido e seus Saberes;

- Sistematizações de experiências de mulheres agricultoras, extrativistas, artesãs e pescadoras e quebradeiras de coco babaçu: caderno Comida de verdade; catálogo Saberes e sabores das mulheres guardiãs da biodiversidade; coleção Mulheres tecendo saberes e agroecologia.

## INSTITUTO FLOR DO PIQUI

O Instituto Flor do Piqui é uma organização não governamental fundada em 2005, com sede no município de Crato, no Ceará, cujo objetivo é prestar assistência técnica e extensão rural a agricultores e agricultoras familiares, com foco no desenvolvimento social e produtivo com sustentabilidade. Tem sua área de atuação em toda a região Nordeste. Opera com planejamento, coordenação e execução de programas de assistência técnica e extensão rural (Ater), objetivando o aumento da produção, da produtividade e da renda líquida e melhoria das condições de vida no meio rural da área de atuação da entidade, por meio da difusão de conhecimentos de ordem técnica, econômica e social, de acordo com as ações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER):

- Promover, coordenar e executar ações, projetos e programas voltados para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária;

- Coordenar e executar ações, projetos e programas voltados para a promoção de gênero, geração, raça e etnia;



- Promover, coordenar e executar ações, pesquisas, estudos, projetos e programas voltados para o desenvolvimento de atividades relativas à aplicação de tecnologias sociais e práticas agrícolas e agroecológicas de convivência com o Semiárido;

- Promover, desenvolver e executar a gestão e implementação de programas, projetos e ações ambientais, agroecológicos e educacionais.

### Principais ações para promoção da equidade de gênero – PPF

- Formações com a equipe técnica;

- Oficinas de gênero mistas e específicas com mulheres e juventudes – divisão sexual do trabalho, feminismo e agroecologia;

- Avaliação das oficinas de gênero;

- Intercâmbio de experiências – quintais produtivos, agricultoras experimentadoras, cadernetas agroecológicas;

- Cadernetas agroecológicas;

- Apoio à comercialização de produtos;

- Sistematização de experiências.

### Raça e Etnia

Nesse tema, o IAC não realizou formações com as comunidades, mas a assessoria social integrou a comissão de gênero, de raça e etnia e participou de formações realizadas pela comissão.

---

♪ Cansei de ser domesticada

Quero andar com os próprios pés

Organizar a rebeldia

E assim, deixar de ser refém

Mulher não nasceu pra ser escrava

Isso é coisa inventada pra poder nos oprimir

Já é tempo de acordar

Mulher tem o seu lugar

Vamos juntas resistir. ♪

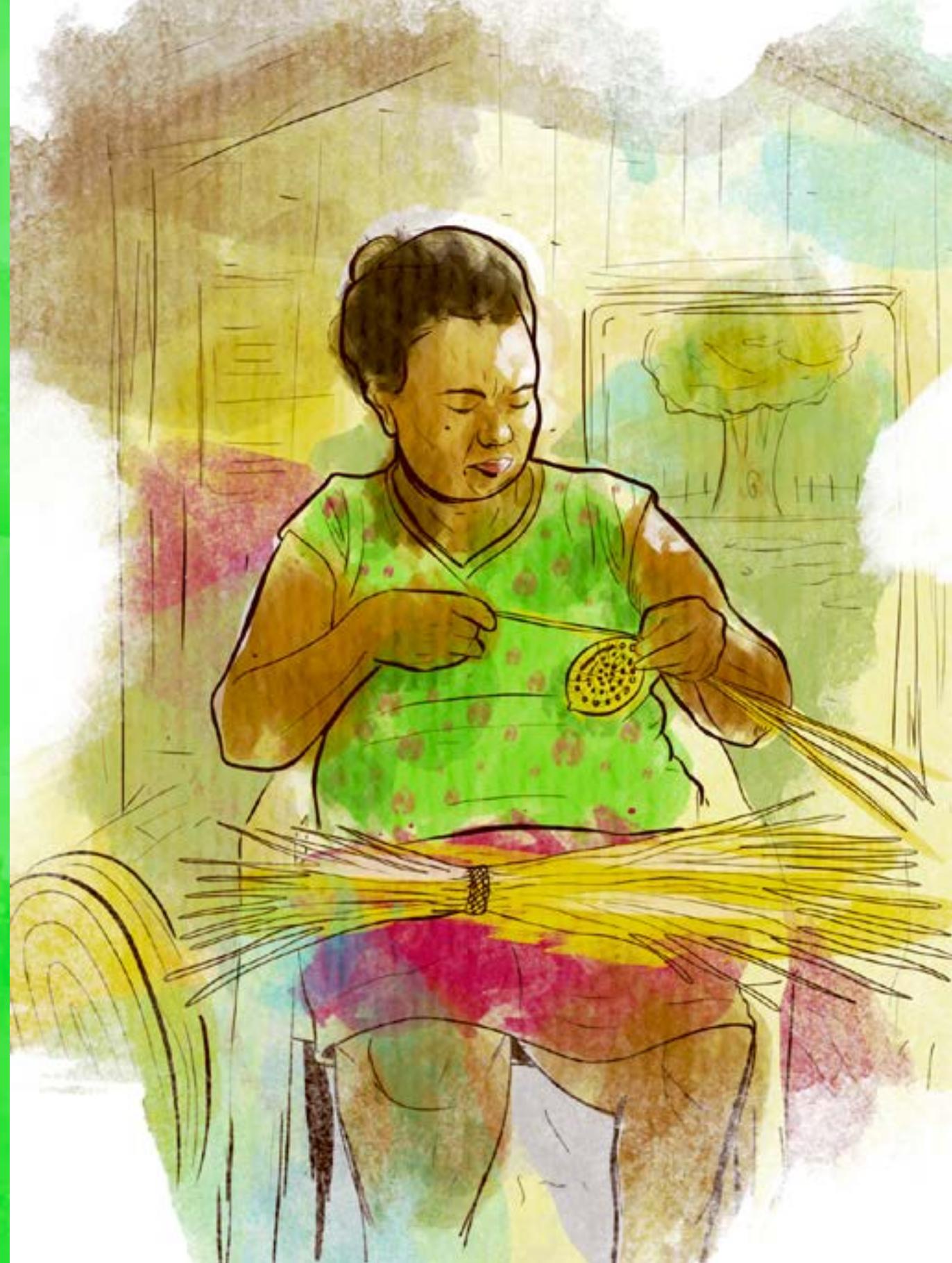
---

**Marli, Eula e Maria**  
Movimento dos Pequenos Agricultores/CE

# 5

---

**Principais desafios da  
luta por equidade de  
gênero, raça e etnia**



As ações descritas nessa publicação foram desenvolvidas a partir de 2017, e seu alcance só foi possível a partir da articulação com a UGP, as sete instituições de ATC e a Comissão de Gênero e do diálogo com as organizações parceiras. Se os princípios e objetivos da proposta do PPF e da estratégia de equidade de gênero, raça e etnia foram fundamentais na orientação do caminho percorrido, os desafios, previstos ou não, impostos pela realidade geraram dificuldades a serem enfrentadas ao longo da trajetória.

Nesse contexto, é importante partir do princípio fundamental de que só é possível compreender as dificuldades enfrentadas e aprender com elas se forem consideradas as condições de vida da população rural do Ceará. Condições essas determinadas pelas estruturas históricas patriarcais, racistas e socioeconômicas da realidade brasileira, anteriormente abordadas. Essas questões estruturais foram agravadas ainda mais pela conjuntura de avanço do conservadorismo e do fundamentalismo religioso que também se expressaram nas comunidades rurais.

---

“Falar de um assunto muito atual e que aflige todos nós, que é o machismo... Conscientizar as gerações futuras para não que não sejam machistas, homofóbicas e racistas. O machismo está dentro de nós, devemos combater e respeitar todos.”

**José Ivan Cândido**

*Presidente da Associação do Mamão – Santana do Cariri  
(assessorada pelo Instituto Flor do Piqui)*

---

## **Dificuldades enfrentadas pelas mulheres**

**Assegurar a participação das mulheres:** as mulheres enfrentam desafios cotidianos para transitar e participar de atividades fora do espaço doméstico, uma vez que a família, as comunidades e a sociedade naturalizam essa condição historicamente construída. A sua saída desse espaço quase sempre é permeada por tensões familiares, acarretando dificuldades. Em casos extremos, até mesmo são proibidas por seus maridos/companheiros de sair e participar de atividades externas. Nem todas as mulheres estão fortalecidas suficientemente para que possam fazer esse enfrentamento, e mesmo aquelas que o fazem, quase sempre têm que fazer o trabalho doméstico antes e depois de sair de casa.

**Sobrecarga de trabalho das mulheres:** as mulheres são historicamente responsáveis pela realização do trabalho doméstico – limpeza e organização da casa, cuidado das crianças, cozinhar, lavar e passar roupas. A mulher tem que cumprir essa suposta “obrigação” mesmo quando precisa sair de casa para fazer outros trabalhos, estudar, ter participação política ou lazer. A pesquisa das cadernetas agroecológicas revelou que 85% das mulheres são as principais responsáveis por essas atividades e, em apenas 2% das suas famílias, essa atividade é protagonizada por homens. A sobrecarga do trabalho das mulheres inviabilizou ou dificultou sua participação nas atividades do projeto. Uma injusta divisão do trabalho doméstico, agravada ainda mais com o isolamento social imposto pela pandemia de covid-19.

**Invisibilidade e desvalorização do trabalho das mulheres:** a família, a comunidade e a sociedade, embora se beneficiem do trabalho desenvolvido pelas mulheres, costumam não visibilizá-lo e/ou valorizá-lo. A participação das mulheres nas atividades agrícolas e não agrícolas não é, culturalmente, considerada trabalho, apenas “ajuda”. As mulheres são socializadas e educadas para que compreendam seu trabalho dessa forma. Essa injusta condição de invi-



Eleniza, liderança indígena do Povo Tabajara, Quiterianópolis (CE)  
Foto: Maria Alice Oliveira, PPF/SDA

sibilidade mascara ou esconde sua produção, seus saberes, suas técnicas de trabalho, a renda monetária e não monetária que produzem e sua relevante contribuição, inclusive para a produção agroecológica, entre outros.

**Violências sexistas, racistas e geracionais:** as mulheres beneficiárias do PPF, assim como as demais, vivem numa sociedade que naturaliza a violência contra as meninas e as mulheres, expressa de diversas formas. Alguns casos de violência física e sexual tiveram maior repercussão, assim, quando o PPF acionou e encaminhou os casos para a rede de atendimento a meninas e mulheres vítimas de violência,

deparou-se com a falta de celeridade e de efetividade do poder público para atendê-las no contexto rural. Casos de discriminação contra pessoas LGBTQIA+ foram vivenciados por pessoas das comunidades e pelas equipes técnicas. Situações de racismo foram identificados nas comunidades rurais, especialmente contra os povos indígenas e quilombolas. O preconceito e a discriminação racial da sociedade e do poder público representaram obstáculos no acesso às políticas públicas e na garantia dos direitos das populações negra, quilombola e indígena.

---

“É necessário entender de onde vem a violência, quais são suas raízes e quais são os processos sociais, políticos e econômicos que a sustentam para entender que mudança social é necessária.”

**Silvia Federici**

*Ativista feminista italiana, radicada nos EUA, é filósofa, escritora e professora*

---

**Analfabetismo no meio rural:** revelador de injustiça, o analfabetismo ainda é uma realidade. No Ceará, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2019), cerca de 40% das mulheres e 60% dos homens não frequentaram a escola, ou, então, só foram alfabetizados. Uma realidade que trouxe limites na execução do projeto, entre eles o não alcance de alguns recursos didáticos e a dificuldade das mulheres em registrar sua produção e os valores referentes às relações socioeconômicas nas cadernetas agroecológicas.

**Realidade das comunidades tradicionais:** questões históricas de descaso público e de exclusão das famílias tornam alguns grupos pertencentes a povos e comunidades tradicionais mais desconfiados e resistentes ao projeto e suas ações. A falta de reflexão e autodeclaração de pessoas em comunidades negras e quilombolas se constitui em desafio para o seu reconhecimento. Essa falta, associada à falta de certi-

ficação das comunidades quilombolas, representa entraves no acesso dessas comunidades às políticas públicas. De mesmo modo, divisões e conflitos internos nas comunidades distanciaram algumas famílias das ações do PPF. Outra dificuldade foi a distância física e as condições estruturais de acesso às comunidades, como estradas e limitação de transporte das comunidades até a sede do município.

**Pandemia de covid-19:** a pandemia trouxe vários impactos na vida das comunidades, entre eles: ameaça e realidade de adoecimento e morte nas populações; falta de acesso a informações e conectividade para as pessoas serem cadastradas e receberem o auxílio emergencial; suspensão das aulas presenciais, em que as famílias, especialmente as mulheres, tiveram que assumir responsabilidades adicionais na educação das crianças; falta ou limites na conexão da internet, nas comunidades, para trabalho, estudo e participação nas atividades do projeto; agravamento da sobrecarga do trabalho das mulheres; agravamento da violência contra as mulheres; redução da comercialização da produção das famílias.

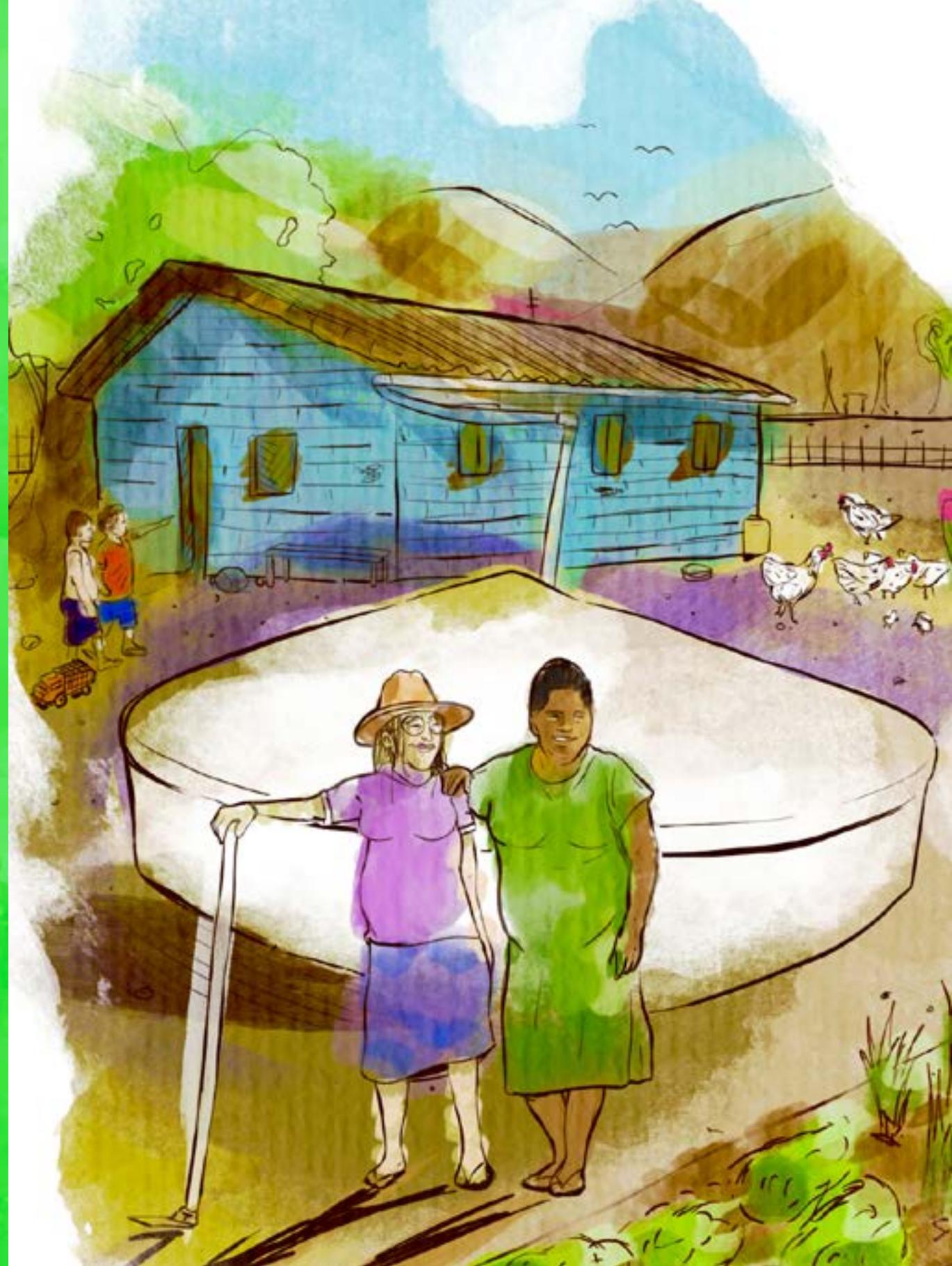
**Dificuldades das equipes técnicas:** a realidade das equipes técnicas das ATCs e da UGP é diversa e, mesmo que tenham enfrentado situações em comum, algumas tiveram dificuldades específicas na realização do seu trabalho. Entre elas, estão: a ausência de pessoas com especialização e/ou maior experiência na abordagem de gênero, raça e etnia; equipe com número limitado de mulheres que possam, de fato, atender às ações de gênero e pouca experiência social na temática e na realidade de campo; maioria das equipes técnicas composta de homens, dificultando percepção e abordagem de situações de desigualdades de gênero; pouca valorização de momentos de formação em gênero, raça e etnia, a fim de ampliar a capacidade das equipes em abordar melhor as questões de gênero, raça e etnia; dificuldade da equipe de garantir a realização das ações e o cumprimento das metas altas em relação ao curto tempo programado;

falta de capacidade de desvelar a condição da violência vivida pelas mulheres e limitação da equipe do PPF de enfrentamento desse fenômeno social; experiência profissional anterior na perspectiva de Ater difusionista, que acaba, entre outras coisas, valorizando a dimensão técnica e de mercado sem considerar as dimensões socioeconômicas, não reconhecendo os sujeitos – mulheres, negras(os), PCT, LGBTQIA+ – e suas relações de poder; e realização de assessoria técnica contínua remota diante dos limites das comunidades.

## 6

---

## Estratégias e principais resultados



De olho nas dificuldades a serem enfrentadas – sejam elas previstas ou não –, uma estratégia de ação foi construída e implementada, possibilitando enfrentar técnica e politicamente essa realidade com vistas à ampliação das condições de efetivação dos resultados e objetivos do PPF.

Estudos, pesquisas e avaliações realizados em 2021, com as comunidades, equipes técnicas das ATCs e da UGP e com a comissão, possibilitaram identificar e sistematizar resultados da experiência de gênero, raça e etnia do Projeto Paulo Freire.

Tendo como base os cinco objetivos da estratégia de equidade de gênero, raça e etnia, foram adotadas estratégias específicas, cujos resultados são apresentados a seguir.

Missão de Gênero do Fida na Comunidade Solidade, Reriutaba (CE)  
Foto: Francisca Sena, PPF/SDA



## OBJETIVO 1

### Fortalecimento da condição social e da participação política das mulheres nas comunidades

#### Estratégias

- Promoção da liderança e participação efetiva das mulheres rurais na tomada de decisões na comunidade.
- Desenvolvimento de processos educativos sobre relações igualitárias de gênero, raça e etnia e que favorecessem um maior conhecimento e defesa dos direitos das mulheres rurais.

---

“Quando comecei, eu era outra mulher, vivia debaixo das asas do meu marido. Por causa do grupo, amadureci, aprendi a amar, a me valorizar, a depender de mim, estar onde eu quero (...). Com as oficinas, os cursos, aprendemos a vender pães, doces, biscoitos, cocadas e a sermos independentes.”

#### Ângela Nascimento

Barreiros – Tauá (assessorada pela Cáritas)

---

#### Resultados

- As mulheres ampliaram sua análise crítica da realidade, principalmente no que se refere às desigualdades de gênero e a sua consciência sobre seus direitos, além de conhecerem caminhos e canais para reivindicá-los e acessá-los.
- Potencialização da participação política das mulheres, da sua capacidade de fala pública e de liderança. Além disso, participação efetiva nas famílias, associações, comunidades e atividades do PPF, dando visibilidade às suas demandas.
- Maior acesso às políticas públicas por parte das mulheres, mesmo em um contexto político de cortes e perdas de direitos.
- Criação e rearticulação de 115 grupos de mulheres, envolvendo cerca de 1.150 participantes, organizadas com fins produtivos e políticos. Auto-organizadas,

elas ampliaram as relações de solidariedade entre si para enfrentar coletivamente os desafios.

- Mulheres passaram a ocupar espaços de poder e de tomada de decisões, superando barreiras para a sua atuação. As diretorias das 600 associações contaram com a participação de 732 mulheres. Cerca de 500 mulheres integraram as 533 comissões de compras, o que favoreceu aprendizados, exercícios de liderança e democratização desse espaço de gestão compartilhada e de tomada de decisões. Outras ingressaram em instâncias municipais de controle social de política públicas, como conselhos de direitos de saúde e dos direitos das mulheres, passando a contribuir e incidir nas políticas públicas.

- Maior conhecimento e compreensão das mulheres sobre violência sexista no cotidiano – como denunciá-la e a importância de construir uma rede de apoio. Além disso, construiu-se a compreensão de que uma vida sem violência é um direito das mulheres.

- Apoio institucional das ATCs e da UGP para mulheres e meninas, muitas delas encaminhadas às redes local e estadual de atendimento às mulheres vítimas de violência.

- Maior consciência e valorização das mulheres e do seu trabalho dentro e fora do espaço doméstico a partir de uma leitura crítica da realidade injusta da divisão do trabalho doméstico.

- Comunidades com maior visibilidade e valorização do trabalho das mulheres, refletindo sobre a sobrecarga de trabalho e a injusta divisão do trabalho doméstico.

---

“São muito importantes momentos que valorizem o trabalho da mulher. É bom entender que todos na casa precisam ajudar, porque a mulher trabalha fora e em casa. Podemos pensar o respeito aos direitos que temos. Foi de grande valor o Projeto Paulo Freire trazer esses momentos.”

**Iraneide Nunes da Silva**

*Chapada do Carmo/Araripe (assessorada pela Cactus)*

---

## OBJETIVO 2

Promoção do acesso equitativo de mulheres e homens a atividades produtivas agrícolas e não agrícolas e ao manejo sustentável dos recursos naturais do Semiárido

### Estratégias

- Assegurar o acesso equitativo de conhecimentos e de técnicas produtivas agrícolas e não agrícolas apropriadas para o Semiárido a mulheres e homens.
- Apoiar, prioritariamente, iniciativas de mulheres e de grupos produtivos formados por mulheres.

### Resultados

- Cerca de 15 mil famílias chefiadas por mulheres e jovens com acesso a PI e ATC, representando 60,62% do total de 17.763 famílias.

### Principais atividades produtivas desenvolvidas pelas mulheres\*

| Principais atividades produtivas | Total de famílias | Famílias chefiadas por mulheres |
|----------------------------------|-------------------|---------------------------------|
| Avicultura                       | 7.252             | 5.034                           |
| Ovinocultura                     | 5.307             | 2.348                           |
| Suinocultura                     | 2.556             | 1.359                           |
| Apicultura                       | 666               | 197                             |
| Artesanato                       | 235               | 205                             |
| Pesca artesanal                  | 189               | 61                              |
| <b>Total</b>                     | <b>16.205</b>     | <b>9.204</b>                    |

\*Não corresponde à totalidade das atividades do PPF desenvolvidas com os povos e comunidades tradicionais.

- 13.853 mulheres capacitadas em práticas produtivas e tecnológicas, representando 58,28% do total de pessoas, favorecendo o aumento da sua produtividade a partir da implementação dos planos de investimentos.

- Mulheres com conhecimentos técnicos ampliados e apropriadas de práticas agroecológicas e de convivência com o Semiárido a partir da ATC, inclusive aquelas tradicionalmente desenvolvidas por homens, como aplicação de vacinas e castração de animais.

- Disseminação e maior visibilidade de saberes e práticas agroecológicas de convivência com o Semi-árido e do uso de tecnologias sociais – resultando em fortalecimento do protagonismo das mulheres a partir dos intercâmbios de experiências das agricultoras.

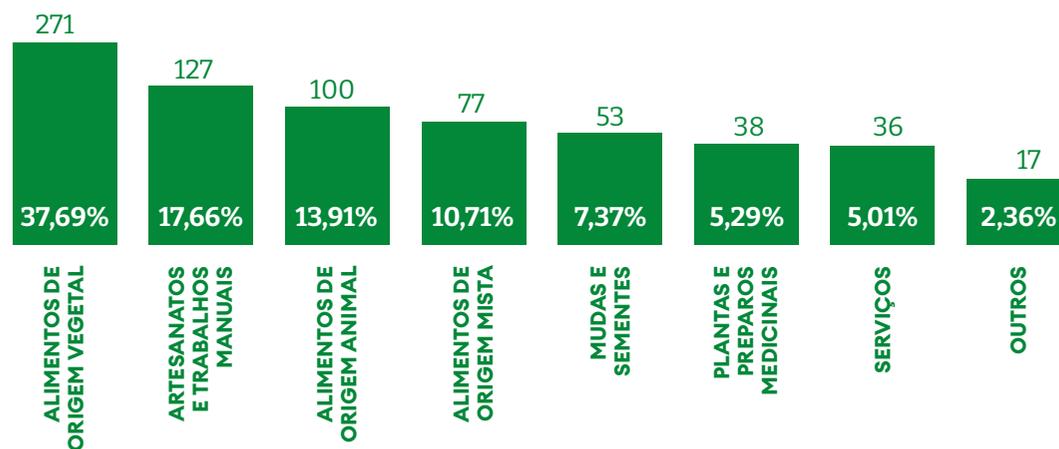
- Implementação de 4.591 quintais produtivos, que beneficiaram e ampliaram a produção, o auto-consumo e a comercialização dos alimentos produzidos pelas mulheres.

- Redução do esforço, do tempo e da carga de trabalho das mulheres a partir da implementação de tecnologias sociais (reuso de águas, cisternas, biodigestores e fogões ecoeficientes) e da ampliação do acesso à água potável para o consumo humano e para produção com armazenamento de água das chuvas, do tratamento de água para o abastecimento das cisternas por meio das estações de tratamento de água móveis e do reuso das águas de uso doméstico.

- Ampliação da quantidade e da diversidade de itens produzidos pelas mulheres. Na experiência das cadernetas agroecológicas, 144 mulheres registraram 719 produtos, sem repetição, principalmente na produção de alimentos.

- Melhoria das condições de segurança alimentar e nutricional das famílias.

### Quantidade de produtos



“A caderneta agroecológica e as diversas formações de gênero me ajudaram muito, a cada encontro, a me sentir fortalecida. Coloquei em práticas alguns aprendizados, a exemplo a mudança do meu pequeno quintal. Antes do projeto não tinha nada. Hoje, graças a Deus e com a orientação dos técnicos do Projeto Paulo Freire e a tecnologia de reuso de água, tem variedade de frutíferas e hortaliças.”

**Marluce do Nascimento Paiva**

*Comunidade Santa Tereza II (assessorada pelo Cealtru)*

Encontro de Capacitação das Cadernetas Agroecológicas, Fortaleza (CE)  
Foto: Rones Maciel, PPF/SDA



### OBJETIVO 3

Ampliação da renda e da autonomia econômica das mulheres decorrentes da produção, do beneficiamento e da comercialização dos produtos agrícolas e não agrícolas

#### Estratégias

- Apoiar a inserção das mulheres nos processos produtivos.
- Proporcionar engajamento de mulheres em redes e feiras de agricultura familiar e/ou socioeconomia solidária e/ou feminista.

#### Resultados

- Maior visibilidade das mulheres enquanto sujeitos produtivos, políticos e econômicos, que contribuem efetivamente na produção e comercialização de produtos, dinamizando a economia local.

- Maior número de mulheres participando de feiras da agricultura familiar, feiras agroecológicas e de economia solidária e de outros espaços de comercialização (meio virtual, quiosque agroecológico etc.). No território de Sobral, as mulheres representam mais de 70% das feirantes. O projeto contribuiu para articular os grupos produtivos em rede e viabilizar a participação nesses espaços e canais.

- Incremento na renda das mulheres a partir da implementação de tecnologias sociais – para isso, considera-se que o valor médio da produção mensal daquelas que têm acesso à cisterna para consumo humano é de R\$ 443,00, enquanto o daquelas que não têm é de R\$ 366,00. Quando se trata do acesso à cisterna de produção, o valor médio é de R\$ 533,00, enquanto o daquelas que não têm acesso é de R\$ 335,00.

- A experiência do uso das cadernetas agroecológicas reforçou a produção de 144 mulheres, repercutindo no aumento da renda familiar, na autonomia econômica e na segurança alimentar e nutricional delas e de suas famílias. A experiên-

cia possibilitou o registro e a mensuração da renda monetária e não monetária, que, ao longo de três meses, totalizou R\$ 607.048,08, referentes às quatro relações socioeconômicas: consumo, doação, troca e comercialização.

#### Valor total da produção por relação socioeconômica

| Relação socioeconômica | Valor R\$         | %           |
|------------------------|-------------------|-------------|
| Doação                 | 70.568,55         | 11%         |
| Troca                  | 5.964,35          | 1%          |
| Comercialização        | 295.931,43        | 49%         |
| Consumo                | 234.583,75        | 39%         |
| <b>Total geral</b>     | <b>607.048,08</b> | <b>100%</b> |

“Falar da caderneta agroecológica é falar do empoderamento da mulher, seja ela casada ou solteira (...). A caderneta agroecológica deveria ter surgido há mais tempo em nossas vidas, pois veio para nos ajudar a reconhecer e valorizar nosso trabalho dentro do quintal produtivo. Com a caderneta, aprendi a valorizar cada produto, por menor que seja seu valor monetário. É muito gratificante quando chega o fim do mês, em que faço a soma de tudo que foi produzido por mim, e que, se eu fosse comprar, seria caro! E o que é pior, não saberia de onde veio, ou seja, o manejo e a forma como foi produzido. Ainda digo mais, se a caderneta agroecológica tem sido de grande importância pra mim, que sou uma mulher solteira e totalmente independente, imagina para as companheiras que tinham seus esposos jogando nas suas caras que trabalhavam sozinhos para o sustento da família? Mas que bom que a caderneta veio para mudar essa história. SEM ANOTAR NA CADERNETA, NUNCA MAIS!”

#### Flaviana Lima

Comunidade Santa Luzia – Sobral (Assessorada pelo Cetra)

## OBJETIVO 4

Promoção do fortalecimento da identidade étnico-racial das comunidades quilombolas e indígenas e da garantia dos seus direitos

### Estratégias

- Promover formação sobre identidade negra e quilombola e o acesso às políticas públicas.
- Desenvolver ATC diferenciada às comunidades quilombolas, indígenas e pescadoras, favorecendo prioritariamente as mulheres.
- Ampliar equitativamente o rendimento das mulheres e homens quilombolas, indígenas e pescadores.

♪ Quem deu esse nó não pode dá...  
Esse nó tá dado eu desato já...

Ô desenrola essa corrente deixa os índios trabalhar ♪

*Música tradicional cantada pelos povos indígenas do Ceará*

Intercâmbio Comunidades Negras do PPF, no Quilombo Jardim, Quiterianópolis (CE)  
Foto: Ronés Maciel, PPF/SDA



## Resultados

- 1.489 famílias de povos e comunidades tradicionais contempladas com PI e ATC, sendo: 726 famílias quilombolas, 112 famílias indígenas e 651 famílias pescadoras artesanais.

### Comunidades tradicionais

#### Principais atividades produtivas\*

#### Número de famílias

|                 | Indígenas | Pescadoras | Quilombolas | Total      |
|-----------------|-----------|------------|-------------|------------|
| Avicultura      | 63        | 182        | 273         | 518        |
| Ovinocultura    | 18        | 22         | 117         | 157        |
| Suinocultura    | 6         | 96         | 20          | 122        |
| Apicultura      | 8         | 0          | 6           | 14         |
| Artesanato      | 0         | 0          | 10          | 10         |
| Pesca artesanal | 0         | 123        | 0           | 123        |
| <b>Total</b>    | <b>95</b> | <b>423</b> | <b>426</b>  | <b>944</b> |

\*Não corresponde à totalidade das atividades do PPF desenvolvidas com os povos e comunidades tradicionais.

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento Agrário (PPF – 2022)

- Ampliação de conhecimentos e aprendizados técnicos de povos e comunidades tradicionais que, em associação às práticas tradicionais, favorecem a melhoria no manejo agroecológico e os cuidados com a plantação e com a criação de animais.

- Ampliação do volume e da diversidade da produção das famílias, contribuindo, sobretudo, para o autoconsumo e ampliando as condições de segurança alimentar e nutricional das comunidades.

- Aumento das iniciativas de comercialização dos povos e comunidades tradicionais e incremento na renda monetária e não monetária das famílias.

- Valorização dos produtos locais e efetivação de circuitos curtos de produção e consumo, com ênfase em relações de reciprocidade e solidariedade.

- Valorização e disseminação de conhecimentos e práticas tradicionais de cura e cuidados com a saúde, especialmente entre mulheres e jovens.

- Fortalecimento da identidade e pertencimento étnico-racial dos povos e comunidades tradicionais:

- a. do povo e negro e quilombola – aspecto relevante num contexto de negação da existência desses povos no estado do Ceará e discriminação histórica contra eles;

- b. da identidade territorial, integração entre gerações, valorização da cultura alimentar e da sociobiodiversidade das comunidades indígenas;

- c. das famílias pescadoras artesanais, visando melhoria das suas condições de trabalho e maior visibilidade das mulheres pescadoras.

---

“A nossa etnia quilombola... É um povo ainda muito não visto pela população. Mas, a partir do momento em que o Esplar atuou com ATC em relação a gênero, raça e etnia, a gente pôde ser mais visto no nosso município, fora. A partir daí, a gente começou a ter outras políticas públicas. A gente começou a procurar mais reconhecimento. A gente já começou a articular, a fazer o nosso histórico da nossa comunidade, a mandar para a Fundação Cultural Palmares. Começamos a pedir a nossa certificação. Agora, a gente só está aguardando a liberação da nossa certificação. A gente já fez o pedido, a gente já tem o número de protocolo.”

#### **Simone Oliveira de Melo**

*Comunidade Quilombola Jardim – Quiterianópolis (assessorada pelo Esplar)*

---

## **OBJETIVO 5**

**Assegurar, institucionalmente, condições para a implementação da estratégia de promoção da igualdade de gênero, raça e etnia no Projeto Paulo Freire**

### **Estratégias**

- Desenvolver processo educativo continuado em relações de gênero, raça e etnia articulado às temáticas relacionadas à produção e comercialização.

- Aperfeiçoamento de planejamento que contemple abordagem gênero, raça e etnia.

- Contratação de especialista em gênero, raça e etnia.

---

“Através das oficinas com as temáticas voltadas para gênero, raça e etnia, podemos trazer questões impostas pela sociedade e enraizadas ao longo de nossas vidas. Optamos por trabalhar de maneira simples nos encontros, mas com o intuito de inquietar a comunidade. Nos momentos coletivos, foram feitas dinâmicas que envolvessem todos os públicos (homens, mulheres e jovens), em que eles trouxeram sua rotina diária. Com esses momentos, percebemos que as mulheres têm uma jornada dupla ou tripla; a mulher sempre é a primeira a se levantar e última a se deitar. Utilizamos a dinâmica do relógio para mostrar a importância de todos na casa contribuírem com as tarefas domésticas.”

#### **Socorro Martins**

*Assistente social – técnica da Cactus*

---

### **Resultados**

- As formações com as equipes técnicas propiciaram a construção de reflexões críticas entre mulheres e homens a partir de suas vivências, não apenas na ATC, mas na vida pessoal – um aprendizado importante para que os técnicos pudessem identificar os desafios e a importância de envolver ativamente as mulheres nas ações do PPF.

- Superação do percentual mínimo (30%) de mulheres na composição das equipes técnicas de assistência técnica contínua, alcançando 42%, ou seja, 127 mulheres. O percentual mínimo foi condição para contratação das equipes de ATC, considerando que, historicamente, os homens representam a totalidade ou a grande maioria das equipes. Para fortalecê-las e trazer reflexão sobre os desafios da sua vivência profissional nos times e nas comunidades, foram realizados momentos formativos específicos com as mulheres que atuaram no trabalho de assistência técnica.

- Aprimoramento da dinâmica de planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização, de modo a incorporar e dar visibilidade a iniciativas que promovam a equidade étnico-racial e de gênero bem como o empoderamento de mulheres, quilombolas, indígenas e pescadoras(es).

- A participação das equipes técnicas no processo de implementação das cadernetas agroecológicas gerou aprendizados tanto para as mulheres das comunidades quanto para que as equipes de ATCs fizessem uma leitura mais ampla sobre a valorização do trabalho das mulheres, a fim de que tivessem dimensão da produção alcançada por elas. Mulheres passaram a se valorizar mais e a compreender seu papel na formação da renda familiar, quando, antes, achavam que não contribuía. Sua concepção de renda foi ampliada, considerando também a dimensão não monetária, repercutindo em várias ações e reflexões do PPF. A metodologia aplicada e os dados coletados nas cadernetas agroecológicas ajudaram a mensurar quantitativa e qualitativamente os resultados no campo produtivo, social e político na vida das mulheres. Parte significativa dos dados foi desagregada por sexo, porém houve um limite na realização das pesquisas em relação à contemplação de dados específicos que possibilitassem análise qualiquantitativa.

- Em uma ação articulada com a coordenação do PPF e com a coordenação da inclusão, a especialista

em gênero, raça e etnia favoreceu a inserção de um enfoque de gênero e de ações orientadas à equidade de gênero, raça e etnia. Isso resultou em equipes de ATC assessoradas no aprofundamento de temáticas relacionadas ao bom funcionamento da comissão e à criação de metodologias de trabalho que favorecessem a participação das comunidades – sobretudo de mulheres e PCTs. Esse trabalho de registro e sistematização de dados, feito em conjuntura com o GT de Equidade de Gênero do Fida, favoreceu o processo de monitoria e avaliação.

- A Comissão de Gênero, Raça e Etnia desempenhou um papel importante no trabalho desenvolvido pelas ATCs com as comunidades, ocorridos em Fortaleza e nos respectivos territórios delas. Destacamos a permanência da sua atuação durante a pandemia de covid-19, ao traçar estratégias de ação específicas de forma remota e virtual. As cadernetas agroecológicas também foram fundamentais no projeto, garantindo um maior envolvimento das ATCs e a adesão das mulheres na pesquisa ao longo de treze meses.

- A participação, no GT de Equidade de Gênero, de equipes dos projetos apoiados pelo Fida resultou em uma maior compreensão da atuação de programas desenvolvidos em outros estados do Semiárido: avanços, dificuldades, desafios e perspectivas em relação a gênero, raça e etnia. Esse acompanhamento também foi fundamental na concepção e na garantia da execução das cadernetas agroecológicas.

- Dentro do Sistema SDA, a experiência da integração de gênero, raça, etnia e juventudes foi compartilhada com o Projeto São José. Nos vários momentos de diálogo dos últimos dois anos, foram compartilhadas, com a equipe do Projeto São José, as principais ações, metodologias e conteúdo de trabalho com gênero, raça e etnia do PPF. Foram momentos-chave de redesenho do Projeto São José IV, contribuindo no debate sobre violência contra as mulheres, cadernetas agroecológicas e ação com juventudes.

## OUTROS OLHARES

Os limites do Projeto Paulo Freire, as iniciativas para superá-los e os resultados alcançados a partir da implementação da estratégia de gênero, raça e etnia possibilitaram outros tantos aprendizados. Os passos dados, as dificuldades enfrentadas e os resultados alcançados são frutos da ação associada a diversas organizações parceiras que expressaram suas percepções. Fragmentos de documentos apresentados a seguir manifestam esse “olhar externo” sobre o Projeto Paulo Freire.

“Os mecanismos de focalização e os critérios de elegibilidade adotados para a seleção das famílias beneficiárias demonstraram serem adequados para atingir o público-alvo definido no desenho do projeto e, dentro dele, os grupos prioritários (mulheres, jovens, e famílias mais vulneráveis).”

### **Missão de Revisão de Meio Termo (dezembro de 2017)**

“Destaca-se como bastante positiva a abordagem adotada para formação dos técnicos e das técnicas, que têm conseguido manter um equilíbrio entre: (i) um nível teórico e conceitual sobre as temáticas e (ii) um aspecto mais “metodológico”, que possibilita efetivar uma reflexão crítica sobre o grau de eficácia dos instrumentos de intervenção utilizados diretamente nos trabalhos com os grupos e os erros e acertos na atuação desses e dessas profissionais. (...) A abordagem do “feminismo” a partir de uma teoria social crítica que ataca, de modo frontal, as manifestações de opressão intersectoriais (classe, raça, etnia, gênero, sexualidade) tem sido fundamental para que as desigualdades sociais sejam aprendidas como forças imbricadas em uma estrutura de dominação que transparece nitidamente na vida cotidiana das mulheres, interferindo diretamente na sua condição social.”

### **Missão de Apoio (dezembro de 2018)**

“Os mecanismos de focalização provaram ser muito eficazes. O foco está nos pequenos produtores rurais, com atenção especial dada às comunidades mais marginalizadas e vulneráveis do estado, incluindo comunidades quilombolas, indígenas, pescadoras artesanais e, principalmente, mulheres e jovens rurais.”

### **Missão de Supervisão (junho de 2019)**

“Os quintais produtivos são um destaque entre as atividades escolhidas, tanto pelo alto número de mulheres que optaram por essa modalidade produtiva quanto pela diversidade de alimentos que eles viabilizaram, aliados ao uso do instrumento pedagógico das cadernetas agroecológicas. (...) As mulheres se perceberam protagonistas na produção e no sustento das famílias, empoderando-se econômica e socialmente. As mulheres jovens exercem um papel importante no apoio ao preenchimento das cadernetas e à comercialização (feiras) devido a uma maior facilidade que possuem para as anotações e registros.”

### **Missão de Supervisão Remota (outubro de 2020)**

“A comissão de gênero teve forte atuação na mobilização de redes de proteção para casos de violência e na articulação de redes de apoio psicológico às mulheres que são duplamente afetadas pela pandemia, tendo em vista que o isolamento social impõe a elas sobrecarga de trabalho, pressão psicológica e maior vulnerabilidade à violência doméstica e infantil. Nesse sentido, em parceria com universidades, foi ampliado o processo de escuta, acompanhamento e acolhimento das mulheres que necessitam de apoio psicológico.”

### **Missão Remota de Apoio Técnico à Implementação (abril de 2021)**

“Os aportes epistemológicos e metodológicos que o Projeto Paulo Freire tem acumulado no decorrer deste percurso inusitado no tempo e no espaço nascem das vivências tidas no seio dos territórios, lugares de morada e de luta por parte das mulheres rurais que pertencem aos diferentes povos tradicionais. Nes-

se sentido, destacam-se três pontos: 1. A capacidade de partir da realidade dos territórios, como ponto de partida para as ações desenvolvidas. A equipe técnica do PPF levou em consideração uma visão mais abrangente do território, enquanto um tecido sociocultural pulsante no qual se encontra a riqueza dos diversos modos de vida de distintos povos. Isso se traduz em práticas concretas que foram implementadas ao longo do ciclo de implementação do projeto e que buscaram a valorização e recuperação dos saberes ancestrais, inspirados no marco da PNPCT. Se concretiza, nitidamente, nos intercâmbios entre agricultoras experimentadoras (guardiãs da sociobiodiversidade) –, ou nas visitas aos quintais para experimentação de uma diversidade de tecnologias sociais. 2. Entre os seis projetos apoiados por Fida no nordeste Semiárido do Brasil, PPF é um dos projetos que mais se destaca por sua capacidade de envolver organizações não governamentais – da sociedade civil – nas suas estratégias. As sete ATCs se somaram ao projeto com seus acúmulos ao longo de um longo percurso de atuação no campo agroecológico. Mesmo com as evidências de suas trajetórias anteriores nos temas abordados, o rumo tomado por PPF fez com que estas entidades se comprometessem mais ainda com o tema de agroecologia e suas interfaces com abordagens feministas, incorporando tais questões nas suas bandeiras. 3. O “fortalecimento das capacidades”, que representa um dos cinco eixos do Plano de Ação em gênero, raça e etnia do Projeto Paulo Freire. As mulheres são como as águas, crescem quando se juntam. Esta frase poderia ser interpretada como o mote que atesta a força coletiva que foi desencadeada com base em processos formativos que problematizaram o que poderia ser compreendido como “algo dado”, como a divisão sexual de trabalho, além de abrir espaço para a capacitação em práticas produtivas e tecnológicas que historicamente não tem sido ofertada às mulheres rurais”

**Entrevista com Rodica Weitzman – Consultora Fida**

“Os povos e comunidades tradicionais, neste trabalho representados pelos(as) pescadores(as) artesanais, indígenas e quilombolas, são as categorias mais vulneráveis de uma população historicamente excluída. Razão pela qual foram os grupos priorizados pelo PPF, sendo beneficiados com PIs e ATC diferenciada e adequada às suas necessidades e realidades.

O projeto buscou, ainda, valorizar a cultura, fortalecer a identidade e contribuir para o reconhecimento dos seus direitos. Vítimas de preconceito, muitos relutavam em se assumir como povo tradicional. (...)

No entanto, no decorrer do projeto, os grupos se fortaleceram e se uniram na busca pelos seus direitos à terra, aos recursos naturais e à educação contextualizada e de poder expressar a sua arte e cultura “sem opressão”. O reconhecimento passou pela aceitação e resgate de sua história, da arte e cultura, de saberes tradicionais para o acesso e controle coletivo dos seus territórios. A resignificação do papel dos PCTs, dentro e fora dos seus territórios, foi fundamental para as mudanças observadas no processo de avaliação participativa.

O acesso à água (...) possibilitou a criação de territórios produtivos, em que as tecnologias sociais foram fundamentais para melhorar a qualidade de vida e bem-estar. A segurança alimentar e nutricional se deu não apenas por meio da produção de alimentos mas também pela adoção de uma alimentação mais saudável e diversificada, proveniente dos quintais produtivos e da pesca. (...)

A partir do projeto, as populações tradicionais dos territórios beneficiados puderam se reconhecer no modus vivendi particular que os diferencia de outros povos e comunidades, na forma harmoniosa de (con)viver com a natureza, nos conhecimentos ancestrais, nos valores que consideram a interação ética entre seres humanos, na solidariedade entre os indivíduos, no respeito à história e às raízes e na igualdade entre as pessoas, independentemente do gênero, raça e etnia.”

**Relatório Técnico do Grupo Focal com Povos e Comunidades Tradicionais – UFV (2021)**

# 7

## Aprendizados



Os resultados e impactos alcançados só foram possíveis com a elaboração e a implementação da estratégia de gênero, raça e etnia como prioridades. Essas atitudes possibilitaram a abordagem de temáticas e a construção de metodologias numa perspectiva interseccional de gênero, raça e classe, que qualificaram, por sua vez, a atuação das equipes técnicas e a adoção de iniciativas que promovessem a equidade entre mulheres e homens, contribuindo no empoderamento das mulheres e concretizando justiça no contexto do Semiárido. Embora, estruturalmente, as ações de gênero, raça e etnia estivessem localizadas no componente desenvolvimento de capacidades, sua concepção e dinâmica de atuação contemplaram transversalmente o componente produtivo e sustentabilidade ambiental e o de monitoramento e avaliação.

- A integração de gênero, raça e etnia construiu uma referência de política pública de desenvolvimento agrário que contemple a abordagem das relações de poder e supere os limites dos modelos de Ater – que toma a família e a comunidade como espaço supostamente neutro e homogêneo.

- A adoção da política afirmativa que estabeleceu uma cota mínima de mulheres na composição das equipes técnicas das ATCs foi importante, pois construiu estratégias para selecioná-las e contratá-las. A ampliação da participação das mulheres no desenvolvimento da Ater – ainda desigual –, associada às políticas de equidade de gênero, representa um avanço institucional e amplia o alcance dos resultados do trabalho desenvolvido.

- A formação continuada em gênero, raça e etnia, a partir de metodologias da educação popular, foram cruciais e proporcionaram uma ampliação da leitura crítica da realidade pela vivência das equipes, construção e apropriação de concepções, elaboração de estratégias de promoção da equidade de gênero, raça e etnia e redefinição de práticas no desenvolvimento da ATC.

- As experiências da Comissão de Gênero enquanto espaço de reflexão técnica, política e de for-

mação, do intercâmbio de saberes e práticas e do fortalecimento entre as técnicas PMAS foram fundamentais para garantia da apropriação de concepções e metodologias traçadas na estratégia de gênero, raça e etnia e para a ação articulada da UGP e das ATCs nos territórios do PPF. Os resultados e impactos alcançados têm relação direta com a atuação nesse espaço. Isso potencializou o trabalho da especialista em gênero, raça e etnia.

- A vivência com as cadernetas agroecológicas enquanto instrumento político-pedagógico proporcionou o empoderamento e a autonomia das mulheres, maiores visibilidade e valorização do seu trabalho, compreensão e caracterização da sua contribuição na produção e na agroecologia, visibilidade da renda monetária e não monetária produzida por elas.

---

“O PPF é uma experiência única, é um aprendizado mútuo todos os dias, é ler a realidade e se refazer coletivamente com os beneficiários; aprender a caminhar caminhando. É coexistir juntos.”

**Ana Lúcia Monteiro**

*Agrônoma da assessora técnica do Instituto Flor do Piqui*

---

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anuário do Ceará 2019-2020: Fortaleza, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3B-TAEMr>>. Acesso em: 16 de set. 2022.

CEARÁ. Produção científica das universidades cearenses cresceu 16,7% em 2020. Ceará.gov, [s.d.]. Disponível em: <[bit.ly/3DIJ6QP](https://bit.ly/3DIJ6QP)>. Acesso em: 6 set. 2022.

CEARÁ. Secretaria do Meio Ambiente do Ceará. Plano das Coletas Seletivas – região Cariri Oeste. SEMA-CE: Fortaleza, 2019.

CEARÁ. Secretaria do Meio Ambiente do Ceará. Plano das Coletas Seletivas – região Sertão dos Inhamuns. SEMA-CE: Fortaleza, 2019.

CEARÁ. Secretaria do Meio Ambiente do Ceará. Plano das Coletas Seletivas – região Sertão Norte. SEMA-CE: Fortaleza, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS (FUNCEME). Delimitação da região semiárida no ano de 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3BYA4OB>>. Acesso em: 20 maio 2022.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA). Análise de um ano de uso das cadernetas agroecológicas nos projetos apoiados pelo Fida no Brasil. Salvador: Fida, 2021.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA). Memorando da missão de apoio. Fortaleza: Fida, 2018.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA). Memorando da missão de supervisão remota. Fortaleza: Fida, 2020.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA). Memorando da missão remota de apoio técnico à implementação. Fortaleza: Fida, 2021.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA). Memorando da missão de revisão de meio termo. Fortaleza: Fida, 2017.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA). Memorando da missão de supervisão. Fortaleza: Fida, 2019.

GT EM GÊNERO E AGROECOLOGIA. O enfoque de gênero nos processos de monitoramento dos projetos sociais. Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, 2006.

HOOKS, Bell. A vontade de mudar. Nova Iorque: Washington Square Press, 2005.

HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2vaTHzn>>. Acesso em: 16 set. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). As regiões de planejamento do estado do Ceará: textos para discussão. n. 111, nov. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3ql183S>>. Acesso em: 8 set. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Estudo revela os maiores e menores municípios cearenses com relação aos indicadores sociais e econômicos. Ipece, jan. 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3T-MsYU6>>. Acesso em: 8 set. 2022.

MAGALHÃES et al. Caprinos e ovinos no Brasil: análise da produção da pecuária municipal 2019. EMBRAPA, n. 11, dez. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3Bh-V5Dv>>. Acesso em: 6 set. 2022.

PINHEIRO, Ana Paula Lucio et al. Patrimônio histórico-cultural: um olhar sobre a construção do mapeamento das comunidades negras e quilombolas do Cariri Cearense. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, v. 10, p. 7-19, 2015.

PINTO, W. Saiba o que é racismo estrutural e como ele se organiza no Brasil. Central Única dos Trabalhadores (CUT), 20 nov. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3ASf1F1>>. Acesso em: 6 set. 2022.

PNUD BRASIL; IPEA; FJP. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3BzaY7t>>. Acesso em: 6 set. 2022.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SDA). Estratégia de equidade de gênero, raça e etnia do Projeto Paulo Freire. Fortaleza: SDA, 2017.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SDA). Sistema de Ater – Projeto Paulo Freire. Portal da Agricultura Familiar, 2022.

TORRES, Luana. Agosto Lilás: Cariri soma 1.443 boletins de violência contra a mulher. Agência Cariri, 26 ago. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3D5j6Po>>. Acesso em: 6 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV). Relatório da avaliação de impactos do Programa de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades no estado do Ceará. Viçosa: Ufv, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV). Relatório técnico do grupo focal com mulheres. Viçosa: Ufv, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV). Relatório técnico do grupo focal com povos e comunidades tradicionais. Viçosa: Ufv, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV). Relatório técnico do grupo focal com assessoria técnica. Viçosa: Ufv, 2021.

WEITZMAN, Rodica. IFAD Gender Awards 2019. Fortaleza, 2019.

Impresso na Expressão Gráfica em papel pólen 80g  
Tipografia: Euclid Circular e Bitter

